



DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Quarta-feira - 24 de dezembro de 2014

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

LIDERANÇAS - 2014

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR - (COLIGAÇÃO PSDB - PSD - DEM - PEN - PPS - PR - PToB - SDD)

Líder: Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líderes: Deputados Bosco e Rômulo Viegas e Deputada Luzia Ferreira

BLOCO AVANÇA MINAS - BAM - (COLIGAÇÃO PV - PP - PTB - PDT - PSB - PROS - PMN - PSC - PTC - PTN)

Líder: Deputado Inácio Franco
Vice-Líderes: Deputados Braulio Braz, Carlos Pimenta, Duílio de Castro, Romel Anízio e Tiago Ulisses.

BLOCO MINAS SEM CENSURA - BMSC - (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB)

Líder: Deputado Pompílio Canavez
Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo, Rogério Correia, Ulysses Gomes, Vanderlei Miranda e Deputada Maria Tereza Lara

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro
Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Duarte Bechir, Leonardo Moreira e Luiz Henrique.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa	BTR	Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	Vice-Presidente
Deputado Leonardo Moreira	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	BAM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR	
Deputado Rogério Correia	BMSC	
Deputado Vanderlei Miranda	BMSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa	BTR
Deputado Wander Borges	BAM
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Tenente Lúcio	BAM
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Ulysses Gomes	BMSC
Deputado Sávio Souza Cruz	BMSC

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac	BMSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Pompílio Canavez	BMSC	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Carlos Pimenta	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	BMSC
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Paulo Guedes	BMSC
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Lafayette de Andrada	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Leonídio Bouças	BMSC	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Gustavo Perrella	BTR	
Deputado André Quintão	BMSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Gilberto Abramo	BMSC
Deputado Bonifácio Mourão	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Romel Anízio	BAM
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Rogério Correia	BMSC

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	BMSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca	BMSC
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Zé Maia	BTR

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Rômulo Veneroso	BAM	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	
Deputado Duílio de Castro	BAM	
Deputado Cabo Júlio	BMSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Romel Anizio	BAM
Deputado Braulio Braz	BAM
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Vanderlei Miranda	BMSC

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Liza Prado	BAM	Presidente
Deputado Almir Paraca	BMSC	Vice-presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Gil Pereira	BAM	
Deputado	BMSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR
Deputado Leonídio Bouças	BMSC
Deputado Fred Costa	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	BMSC

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	BMSC	Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	BMSC	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Zé Maia	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	BMSC
Deputado Bonifácio Mourão	BTR
Deputado Sargento Rodrigues	BAM
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Célio Moreira	BTR

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	BMSC	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Elismar Prado	BMSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neilando Pimenta	BTR
---------------------------	-----



Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Rogério Correia	BMSC
Deputado Paulo Lamac	BMSC

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BAM	Presidente
Deputado Ulysses Gomes	BMSC	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	BMSC	
Deputado Mário Henrique Caixa	BAM	
Deputado Tenente Lúcio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander Borges	BAM
Deputado Cabo Júlio	BMSC
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado André Quintão	BMSC
Deputado Carlos Pimenta	BAM

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Jayro Lessa	BTR	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	BTR	
Deputado Lafayette de Andrada	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	BMSC	
Deputado Ulysses Gomes	BMSC	
Deputado Romel Anizio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado João Leite	BTR
Deputado	BMSC
Deputado Paulo Guedes	BMSC
Deputado Tiago Ulisses	BAM

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sávio Souza Cruz	BMSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Inácio Franco	BAM
Deputado	BMSC

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 16h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	BMSC	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	BTR	
Deputado Wander Borges	BAM	
Deputado Carlos Henrique	BMSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	BMSC
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Deputado Lafayette de Andrada	BTR
Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR
Deputado Bosco	BTR

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	BMSC	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	BMSC	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Lamac	BMSC
Deputado João Vítor Xavier	BTR
Deputado Bosco	BTR
Deputado Duarte Bechir	BTR
Deputado Ulysses Gomes	BMSC

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BTR	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	
Deputado Paulo Guedes	BMSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Wander Borges	BTR
Deputado Duílio de Castro	BAM
Deputado Antonio Lerin	BAM
Deputado Durval Ângelo	BMSC

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei Miranda	BMSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	BMSC	Vice-Presidente
Deputada Célio Moreira	BTR	
Deputado Cássio Soares	BTR	



Deputado Marques Abreu

BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tadeu Martins Leite

BMSC

Deputada Maria Tereza Lara

BMSC

Deputado João Leite

BTR

Deputado Doutor Wilson Batista

BTR

Deputada Liza Prado

BAM

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista

BTR

Presidente

Deputado Luiz Humberto Carneiro

BTR

Vice-Presidente

Deputado Antonio Lerin

BAM

Deputado Deiró Marra

BTR

Deputado Gilberto Abramo

BMSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hélio Gomes

BTR

Deputado Lafayette de Andrada

BTR

Deputado Tiago Ulisses

BAM

Deputado Sebastião Costa

BTR

Deputado Tadeu Martins Leite

BMSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi

BTR

Presidente

Deputado Carlos Pimenta

BAM

Vice-Presidente

Deputado Doutor Wilson Batista

BTR

Deputado Arlen Santiago

BAM

Deputado Pompílio Canavez

BMSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Henrique

BTR

Deputado Sargento Rodrigues

BAM

Deputado Celinho do Sinttrocel

BAM

Deputado Wander Borges

BAM

Deputado Durval Ângelo

BMSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite

BTR

Presidente

Deputado Sargento Rodrigues

BAM

Vice-Presidente

Deputado Cabo Júlio

BMSC

Deputado Lafayette de Andrada

BTR

Deputado Leonardo Moreira

BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Viegas

BTR

Deputado Leonídio Bouças

BMSC

Deputado Sebastião Costa

BTR



Deputado Duarte Bechir
Deputado Tenente Lúcio

BTR
BAM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis
Deputado Bosco
Deputado Neilando Pimenta
Deputado Celinho do Sinttrocel
Deputado Wander Borges

BAM
BTR
BTR
BAM
BAM

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Cássio Soares
Deputado Marques Abreu
Deputado Bráulio Braz

BAM
BTR
BTR
BAM
BAM

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes
Deputado Celinho do Sinttrocel
Deputado Paulo Guedes
Deputado Gustavo Valadares
Deputado Anselmo José Domingos

BMSC
BAM
BMSC
BTR
BAM

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz
Deputado Elismar Prado
Deputado Deiró Marra
Deputado Agostinho Patrus Filho
Deputado Inácio Franco

BMSC
BMSC
BTR
BAM
BAM

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Perrella
Deputado Bráulio Braz
Deputado Dalmo Ribeiro Silva
Deputado Gil Pereira
Deputado Almir Paraca

BTR
BAM
BTR
BAM
BMSC

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta
Deputado Antônio Carlos Arantes
Deputado Luiz Humberto Carneiro
Deputado Zé Maia
Deputado Elismar Prado

BAM
BTR
BTR
BTR
BMSC

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bonifácio Mourão

BTR

Presidente



Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	Vice-Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	BMSC	
Deputado Paulo Lamac	BMSC	
Deputado Inácio Franco	BAM	
Deputado Romel Anízio	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR
Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputado Fabiano Tolentino	BTR
Deputado Gilberto Abramo	BMSC
Deputado Rogério Correia	BMSC
Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado Rômulo Veneroso	BAM
Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco	

SUMÁRIO**1 - PROPOSIÇÕES DE LEI****2 - RESOLUÇÕES****3 - ATAS**

3.1 - 25ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

3.2 - Reuniões de Comissões

4 - ORDEM DO DIA

4.1 - Comissão

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Comissões

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**PROPOSIÇÕES DE LEI****PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.527**

Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Araxá, com sede no Município de Araxá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais de Araxá, com sede no Município de Araxá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 22 de dezembro de 2014.

Deputado Dinis Pinheiro - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira - 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.528

Declara de utilidade pública a entidade Coyotes Amigos da Natureza - Unidos - Juntos - Seremos, com sede no Município de Carmo de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Coyotes Amigos da Natureza - Unidos - Juntos - Seremos, com sede no Município de Carmo de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 22 de dezembro de 2014.

Deputado Dinis Pinheiro - Presidente

Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira - 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.529

Declara de utilidade pública a Associação Amigos de Iracambi, com sede no Município de Rosário da Limeira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos de Iracambi, com sede no Município de Rosário da Limeira.



Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 22 de dezembro de 2014.
Deputado Dinis Pinheiro - Presidente
Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário
Deputado Neider Moreira - 2º-Secretário



RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 5.492, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

Ratifica a concessão de regime especial de tributação para as associações ou cooperativas de produtores da agricultura familiar, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação para a associação ou cooperativa de produtores da agricultura familiar signatária de protocolo de intenções com o Estado, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 690/2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 23 de dezembro de 2014; 226º da Inconfidência Mineira e 193º da Independência do Brasil.

Deputado Dinis Pinheiro - Presidente
Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário
Deputado Neider Moreira - 2º-Secretário

RESOLUÇÃO Nº 5.493, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

Ratifica a concessão de regime especial de tributação ao setor de comércio distribuidor, atacadista ou centro de distribuição, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação ao contribuinte mineiro do setor de comércio distribuidor, atacadista ou centro de distribuição, nos termos do art. 225-A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, conforme exposição de motivos encaminhada pela Mensagem nº 692/2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 23 de dezembro de 2014; 226º da Inconfidência Mineira e 193º da Independência do Brasil.

Deputado Dinis Pinheiro - Presidente
Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário
Deputado Neider Moreira - 2º-Secretário

RESOLUÇÃO Nº 5.494, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

Ratifica a concessão de regime especial de tributação ao setor de artefatos de material plástico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica ratificada a concessão de regime especial de tributação, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, ao contribuinte mineiro do setor de artefatos de material plástico, conforme a exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 691/2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 23 de dezembro de 2014; 226º da Inconfidência Mineira e 193º da Independência do Brasil.

Deputado Dinis Pinheiro - Presidente
Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário
Deputado Neider Moreira - 2º-Secretário



ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/12/2014

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Ivair Nogueira e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos deputados Alencar da Silveira Jr., Rogério Correia e João Leite; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de Ordem - 2ª Fase: Questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; prejudicialidade dos requerimentos dos deputados Fred Costa e Rogério Correia - Questão de Ordem - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.507/2012; discurso do deputado Sargento Rodrigues; questão de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; discursos dos deputados Sargento Rodrigues e Duarte Bechir; prorrogação da reunião; discurso do deputado Durval Ângelo; questão de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Alencar da Silveira Jr., 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, ontem, na segunda parte da reunião, tivemos a oportunidade de ouvir breves pronunciamentos de alguns companheiros, como o Mosconi, como a Luzia. Presidente, o que não consigo entender, e que estou tentando explicar ao meus filhos, é que hoje abro o jornal e vejo que o governador eleito não teve as contas aprovadas para tomar posse, para ser diplomado. Então, o meu filho de 9 anos pegou o jornal e perguntou se o Pimentel não iria tomar posse. Eu disse que achava que não. Olha o que está no jornal: ele não cumpriu as regras da prestação de contas. Ele não prestou contas da sua campanha. Eu disse que iria perguntar isso aos advogados e ao pessoal da Assembleia. Agora, eu me lembro do tempo em que o João Leite jogava bola e havia um comentarista chamado Kafunga, que falava que o errado é que era o certo. Todos nós que disputamos as eleições fizemos a prestação de contas na íntegra: Deputados, senadores, presidente, com ressalva. Mas o Pimentel não teve as contas aprovadas e será diplomado. Que Brasil é esse? Um Brasil em que partido político não existe; um Brasil que para ser candidato tem que ter a ficha limpa, que para se tomar posse tem que ter as contas aprovadas. Mas como se explica isso? Quero saber como o Rogério Correia vai explicar que o governador não teve as contas aprovadas e será diplomado. Se não começarmos a mudar esse Brasil, com urgência, os nossos filhos e netos, o filho do Rogério que será gerado, daqui a 20 ou 30 anos, não saberão como ficará a situação. Por que um assunto como esse, uma discussão como essa não causa uma surpresa muito grande ao Plenário? Temos que explicar isso para a população. O jornal *Estado de Minas* disse que ele não teve as contas aprovadas. E quem quer saber não sou eu, são os nossos filhos. Tenho a certeza de que todos os que estão aqui não vão ter como saber isso. Quero saber qual é o ensaio da resposta que vai ser dada agora. Preciso dessa resposta para dar para meus filhos, João Leite. Aí vamos nos lembrar do Kafunga: o errado é que é o certo. Eu posso gastar 10 bilhões a mais ou milhões e não ter nada com isso. Fiquei sem dormir, e minhas contas foram aprovadas. Todos nós tivemos seriedade para fazer isso. Tudo o que foi feito foi declarado. Todos os que aqui estão serão diplomados hoje, mas o Pimentel não teve as contas aprovadas. Quero saber qual é a justificativa que ele e o PT vão dar agora. Telespectadores da TV Assembleia, há 18 anos criamos essa televisão justamente para mostrar isso aqui, e ela foi aprimorada agora, pela Mesa, com uma imagem melhor. Qual é a justificativa para não prestar contas e ainda ser diplomado?

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Com a palavra, para discutir a ata, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, quero discutir a ata porque essas questões levantadas não estavam na ata, mas, já que o deputado Alencar da Silveira Jr. cobrou que a ata tivesse esse assunto, que foi colocado nela - foi o que entendi -, quero dizer a V. Exa. que discordo que isso vá para a ata. O argumento do deputado Alencar da Silveira Jr. não tem pé nem cabeça, de acordo com o que ele me cobrou, que é a legalidade do processo eleitoral e a diplomação. O governador Geraldo Alckmin também será diplomado e teve as



contas, em primeiro lugar, rejeitadas. Ele apresentou recurso. É assim que funciona, deputado Alencar da Silveira Jr. Não é o jeitinho brasileiro, não, são as regras eleitorais, do processo eleitoral. Se V. Exa., algum dia, não tiver as contas aprovadas, não significa que V. Exa. não se diplomará. Isso serve para qualquer deputado. Há deputados que se diplomarão agora com as contas ainda não aprovadas. Ele pode apresentar um recurso que será apreciado pelo TRE e, depois, pelo Tribunal Superior Eleitoral. V. Exa. sabe bem disso. Há uma discussão no Tribunal Regional Eleitoral, que será posta posteriormente pelo Tribunal Superior Eleitoral. Quero avisar a V. Exa. que o ministro Toffoli foi muito claro ontem, ao dizer que não haverá 3º turno. Feio foi o que fez o candidato que V. Exa., contradizendo o seu partido, apoiou em Minas Gerais e perdeu feio as eleições, o senador Aécio Neves, derrotado em Minas. Sorrateiramente ontem ele apresentou um pedido ao Tribunal Superior Eleitoral, Sr. Presidente, para ser diplomado no lugar da presidenta eleita. V. Exa. viu isso ontem? Essa foi a coisa mais hilariante que já vi na vida. Ele tentou dar um golpe no TSE, no final das contas, e entrou com um pedido contra as contas da presidenta, pedindo para que ele fosse diplomado. Isso é impressionante. O PSDB não se conforma com a derrota até hoje. E foi uma derrota acachapante em Minas, onde o Pimentel ganhou no 1º turno. O PSDB hoje tem que ir para a oposição e dizer: “Nosso programa foi derrotado. O povo mineiro não quer que prossigamos durante esse período e elegeu um outro programa de governo”. Isso faz parte do processo democrático. Deputado Alencar da Silveira Jr., eu, por exemplo, fui candidato 12 vezes, ganhei 7 vezes e perdi 5 vezes. Não podemos ficar choramingando a derrota e tentando dar golpes, tentando ser diplomado no lugar do outro. Isso é muito feio. O que o senador Aécio Neves fez ontem é algo que soa ridículo: sorrateiramente tentou ser diplomado no lugar da presidenta eleita. E aqui agora é isso: não querem que o governador Fernando Pimentel seja diplomado. Ele venceu as eleições, deputado Alencar da Silveira Jr., e bem, no primeiro turno. Depois, o Aécio perdeu no primeiro e no segundo turnos. Minas Gerais teve a clareza de um processo eleitoral que será experimentado agora nestes quatro anos. Assim funciona o processo democrático, portanto não haverá golpe, nem terceiro turno, mas sim situação e oposição, como é o processo democrático. Os que são oposição farão evidentemente sua oposição ao programa, o que é natural e tem que ser respeitado. Aliás, a oposição em Minas foi pouco respeitada e agora será respeitada, pois tem uma função muito importante no processo democrático; e a situação terá que governar. É assim que funciona. Agora, um promotor do Ministério Público pediu a não diplomação, e isso será averiguado até hoje à noite. Com certeza, o Pimentel será diplomado e percorrerá todo o procedimento legal, assim como acontece com o governador Geraldo Alckmin: se suas contas estiverem erradas, ele terá que ser retirado posteriormente, mas será diplomado. Pode, porque existe recurso; assim estabelece a legislação eleitoral. Se V. Exa., depois, quiser pegar os artigos da legislação, verá isso; ele só não seria diplomado se recurso tivesse transitado em julgado, mas isso não aconteceu. É como o caso do América: ele escalou jogadores indevidos, e V. Exa. recorreu, como é seu direito, até perder. Quando isso acontecer, ele perderá os pontos e sua colocação no campeonato nacional. Isso é o que acontece. A explicação é simples. Não sonhe com golpe, pois não haverá golpe nem terceiro turno; vamos governar Minas, e V. Exa. será oposição, como já tem proclamado aqui, pois é assim que funciona o processo democrático. Mas, se V. Exa. quiser compor a base de governo, está convidado, pois será um prazer recebê-lo, porque o PDT também compõe o governo em nível federal. Até lá, V. Exa. Poderá compor a nossa base de governo e certamente será muito bem recebido.

O deputado João Leite - Queria lamentar. As regras de qualquer competição precisam ser muito claras. Primeiro, vou esclarecer, em nome do PSDB, que o governador Geraldo Alckmin teve suas contas aprovadas, diferentemente do Sr. Pimentel, cujas contas estão rejeitadas. Nunca vi um escândalo como o de sua campanha. O Sr. Pimentel tinha uma previsão de gasto na campanha, mas gastou R\$10.000.000,00 a mais; e vemos aqui pessoas defendendo isso. Comparar o América mineiro com a campanha do Pimentel é um absurdo, pois esse time foi injustiçado, perdeu dentro do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva, e ontem assinamos uma moção de repúdio àquele tribunal justamente por isso. Portanto não podemos comparar sua situação a essa campanha vergonhosa que o PT fez em Minas Gerais, com R\$10.000.000,00 a mais. Estou aqui com os dados dessa campanha vergonhosa. Cobra-se dos deputados uma nota fiscal do posto de gasolina, mas em uma campanha se gastam R\$10.000.000,00 a mais. Estão rejeitadas as contas, mas o mais grave o deputado Alencar da Silveira Jr. não disse: o procurador eleitoral pede a cassação de Fernando Pimentel e de Antônio Andrade. É tão grave que estão pedindo a cassação e a inelegibilidade do Sr. Pimentel e do Sr. Antônio Andrade. Portanto, não é golpe, mas sim processo democrático. Tem-se que ganhar uma eleição de acordo com as regras; não se pode fazer gol de mão como fez o PT na sua campanha em Minas Gerais. Vejam as denúncias do Norte. Não são denúncias, já estão comprovadas. As contas da campanha estão rejeitadas. Presidente, sei que a campanha já tocou, mas ainda estou dentro do meu tempo. Ainda tenho 30 segundos. Ainda está correndo o tempo, presidente. Então, sei que incomoda, mas é a verdade. Não somos nós, é o procurador eleitoral que pede a cassação e a inelegibilidade. Está correto o deputado Alencar da Silveira Jr., o Brasil precisa mudar. Não é golpe não. Golpe é o que o PT fazia: Fora FHC, impeachment em Collor. Nós somos diferentes, estamos acompanhando o que o procurador eleitoral está determinando e pedindo à Justiça a cassação e a inelegibilidade do Sr. Pimentel e do Sr. Antônio Andrade.

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Esgotado o prazo destinado a esta parte e não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Questões de Ordem

O deputado André Quintão - Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, ontem, após as votações, tivemos um momento muito importante e emocionante de despedida de vários deputados, da deputada Luzia Ferreira, da deputada Maria Tereza Lara e eu não me pronunciei seguindo a orientação desta presidência. Mas quero, ao discutir a ata, registrar que, infelizmente, na leitura da ata, nós não registramos a aprovação do Projeto de Lei nº 1.891 que protegia a Serra da Moeda. Nesse aspecto, ontem foi o dia mais triste que tive na Assembleia Legislativa. O deputado Dalmo Ribeiro Silva apresentou, na legislatura anterior, um projeto que tombava a Serra da



Moeda. Houve uma sensibilização, por parte do governo anterior, para que o deputado Dalmo, em vez de propor a proteção total, pudesse propor uma lei que estabelecesse diretrizes de ocupação e proteção, do chamado Sinclinal Moeda. Foi formada uma comissão especial na Assembleia que propôs uma legislação. Encerrou-se a legislatura sem a Assembleia aprovar. Fui procurado por entidades ambientalistas e desarquivei essa proposta. Primeiro dia de 2011. Essa proposta estava em tramitação. O presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro - e aqui eu homenageio o deputado Dinis Pinheiro -, fez uma grande reunião convocando todos: mineradoras, entidades ambientalistas, condomínios da região, trabalhadores, comunidades quilombolas. O deputado Célio Moreira, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, fez um substitutivo. Havia um projeto do deputado Rogério Correia do Monumento Natural Mãe d'Água. Havia um projeto do hoje vice-prefeito Délio Malheiros da Serra da Calçada. Abri mão do meu projeto original para que o projeto do deputado Rogério Correia e o do deputado Délio Malheiros pudessem avançar, porque protegeriam a Serra da Calçada e o topo da Serra da Moeda onde existem nascentes, o chamado Monumento Natural Mãe d'Água. Esse substitutivo estava para ser votado ontem. Acordo inédito entre ambientalistas, mineradoras, condomínios, deputados, comissão do meio ambiente. Gostaria de que quem barrou o projeto viesse aqui me dar uma explicação porque, inexplicavelmente, houve um impedimento para a sua votação. Não farei juízo de valor, mas gostaria de que o deputado que barrou o projeto se explicasse. Ele barrou o projeto na negociação da pauta a ser votada. Não podemos brincar no Legislativo. Trata-se de um projeto de seis, sete anos. Todos os anos, 10 mil pessoas abraçam a Serra da Moeda, e terei de explicar por que o projeto não foi votado e dar nome aos bois. Queria que alguém viesse aqui e dissesse que não deixou votar o projeto da Serra da Moeda por determinado motivo. Sou uma pessoa séria e não quero ficar dizendo que fulano ou beltrano não deixou. Quero que alguém venha até aqui para dizer que não quis a votação do projeto em tramitação há seis, sete anos nesta Casa. Ontem foi um dia triste. O que está em jogo é a expectativa de milhares de pessoas que estão esperando a votação desse projeto, e a culpa não foi do PT. Aliás, havia um acordo feito com a participação do presidente da Casa. O presidente da Comissão de Meio Ambiente é do PSDB. A culpa não é do PT. Agora quero saber quem barrou o projeto. Espero que ele venha aqui e diga.

O deputado Fábio Cherem - É lamentável, após o resultado das eleições, fazer um terceiro turno aqui, e, por questões e interpretações técnicas, ver que o governador Fernando Pimentel tem de passar por esse tipo de constrangimento. É interessante notar que dos seis votos proferidos pelo TRE, dois desembargadores ficaram muito indignados com a desaprovação das contas. Eles não entenderam o posicionamento dos demais desembargadores que optaram pelo julgamento da reprovação. É lamentável que em Minas haja o ressentimento daqueles que foram derrotados, principalmente levando-se em conta que o vencedor foi eleito com mais da metade dos votos válidos. Não se trata de uma eleição apertada, mas de uma eleição em que, já no primeiro turno, o povo mineiro efetuou a sua opção pela renovação. Não havia mais como manter esse projeto de 12 anos no Estado de Minas Gerais, apesar de toda a divulgação da máquina pública e do poder maciço ao longo desse tempo, capitaneado ainda por uma campanha à presidência da República por um dos antigos ocupantes do Palácio Tiradentes. Registro a nossa indignação. Todos nesta Casa deveríamos torcer para que o novo governo prospere e tenha boas condições de efetuar o seu projeto de governo, que foi aprovado pelos mineiros. O governador Fernando Pimentel é brando e sensato e tem uma largueza e grandeza de alma capaz de superar todas as dificuldades, bem como esse barulho inconveniente. Aliás, não existe na Justiça Eleitoral nem na legislação brasileira nada que substitua um problema crônico em eleições. Não há um artigo na Justiça capaz de resolver o problema da falta de votos. Quando faltam votos, o vencedor é declarado pela maioria da população e dos mineiros. Não existe questão judicial que possa resolver esse tipo de problema. Ouvir a argumentação de que uma questão técnica é suficiente para excluir dos mineiros a vontade explícita nas urnas é lamentável. Da mesma forma, ontem aconteceu aquele episódio no TSE, onde uma liminar, solicitada em cima da hora, requeria a não diplomação da presidente eleita Dilma Rousseff, em favor do segundo colocado. Ora, para mim, o que existe é uma divergência de personalidade. Pouco após o resultado do segundo colocado na eleição presidencial ligou para a presidente dando-lhe os parabéns e reconhecendo sua vitória. Pouco depois muda de ideia e questiona o sistema eleitoral. Achei engraçado e diferente porque, quando se questiona a legitimidade da urna eletrônica, questiona-se também o voto de todos nós. Ou seja, invalidar os votos para a eleição presidencial significaria invalidar também os votos de todos nós da Casa que fomos reeleitos pela vontade popular. Mais que isso: persevera-se em uma conduta de golpismo judicial por meio do não reconhecimento da vontade do povo brasileiro em não aprovar o projeto proposto pelo grupo derrotado na eleição. Vai aqui então a nossa expectativa de que isso seja superado e de que haja bom senso nos grupos e no Ministério Público. Esperamos que prevaleçam o bom senso e o entendimento, pois da mesma forma foram também reprovadas pelo TRE as contas do senador eleito Anastasia. O que aconteceu de interessante no julgamento? As contas do senador eleito Anastasia foram aprovadas, apesar da recomendação de reprovação. Em Minas as coisas são diferentes e não acontecem como no Brasil. Ao longo dos próximos quatro anos explicaremos como foram e serão as coisas.

O deputado Wander Borges - Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais uma vez estamos aqui primeiro para tentar compreender esses momentos finais da legislatura. Ontem ficamos aqui até 10h30min da noite fazendo as votações necessárias nas comissões. Aliás, quero agradecer ao presidente deputado Zé Maia, ao deputado Lafayette de Andrada e ao deputado Duarte Bechir, que ontem nos acompanharam nos trabalhos. Quero também agradecer ao nobre companheiro deputado Gustavo Corrêa. Desculpe-me, Gustavo. Você também foi fundamental. Ontem votamos e caminhamos com o Projeto nº 3.507. Votamos a questão do Tribunal de Contas, o Projeto nº 5.499. Agora viemos ao Plenário esta manhã. Não estou conseguindo entender por que tanto ódio contra o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, tanta restrição contra o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dizem que o Tribunal de Contas tem um salário médio maior. Vamos dar graças a Deus por haver alguém com um salário médio melhor um pouco. Precisamos olhar aqueles que ganham menos. Essa é a tônica. Preciso fazer essa reavaliação. Imaginem se nas grandes empresas, Fiat, Usiminas, Odebrecht, os grandes executivos resolvessem baixar o salário de todos porque fulano ganha tanto. Cada um deve ter contribuído para conseguir chegar àquele ponto. Cada um constrói um caminho. Cada um faz uma carreira. Cada um se esforça de um jeito ou de outro. As meninas que passaram no concurso público devem ter estudado de manhã, de noite, sábados e domingos, deputado Leonardo Moreira. Elas deixaram de namorar, passear e ver a família. Quer dizer, elas deixaram de fazer o lazer para se dedicar a uma causa. Estou vendo que já apresentaram um monte de requerimentos. Até votaremos por artigo; e o deputado terá direito a discutir o



requerimento por mais tantos minutos. Serão 150 minutos. Chegamos à conclusão de que alguém não quer votar. Se é assim, falem por que não querem votar. Ontem o deputado Adelmo Carneiro Leão externou aqui o seu posicionamento, que respeito, pois foi claro, mas as outras questões não ficaram claras. Simplesmente muda-se a estratégia, e nada acontece. Sabemos que o orçamento do Tribunal de Contas é compartilhado com o da Assembleia Legislativa. Peço ao nosso secretário-geral, deputado Dilzon Melo, que, por favor, solicite os levantamentos, para sabermos quanto temos no orçamento, qual foi a nossa execução orçamentária e se faltou financeiro para os gastos. Se faltou, tudo bem, mas, se isso não aconteceu, e o orçamento é compartilhado, não há essa necessidade. Será que teremos de passar a acompanhar doravante cada contrato, cada licitação e cada impacto na folha de pagamento dos servidores contratados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais? Teremos de avaliar quanto se paga disso e daquilo para dizer: companheiros deputados, há, sim, condições de passar à recomposição salarial dos funcionários do Tribunal de Contas? Sr. Presidente, não venho fazer nenhuma afronta a nenhum companheiro deputado; pelo contrário, gostaria de serenar e tentar entender um pouco mais. Quando chegamos nesse impasse de aumento de salário e de alguns cargos no Tribunal de Justiça Militar, esbarramos em uma questão que discutimos há oito anos, desde quando cheguei nesta Casa, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Temos falado sobre o mesmo assunto. A matriz orçamentária pactuada em nível de Brasil está equivocada. O modelo está ultrapassado. Na Constituição de 1988, organizou-se o encaminhamento, mas as receitas e despesas estavam equilibradas. Hoje, não, a maioria das despesas, sobretudo de custeio, estão nos municípios e nos estados brasileiros, que não têm capacidade de arrecadação. Em consequência, há essa disputa. Temos de realizar um movimento Brasil a fora, para que se melhore a receita dos estados brasileiros. O nosso orçamento para o ano que vem está estimado em R\$84.000.000.000,00. Esse é o orçamento que será aprovado nesta Casa. Somente a federação arrecada, em média, R\$160.000.000.000,00 a cada mês, o que passará de R\$1.500.000.000.000,00. Como não há qualidade no gasto, falta dinheiro para a saúde, educação e segurança pública. É necessária a reavaliação desses conceitos, para que a sociedade seja melhor atendida, deputado Ivair Nogueira. Isso é inadmissível. O País está cavando a sua própria sepultura quando manda centenas e centenas e milhares e milhares de meninos de 18 anos a 25 anos para detrás das grades. Algo está errado. Fica-se na fila do SUS, esperando uma cirurgia, por 6, 9, 10 meses, ou 1, 2 anos. Temos de mudar a regra do jogo. Não podemos ficar pensando que não é com a gente. Isso bate às nossas portas todos os dias. Quero deixar aqui essa preocupação. Temos de procurar entender melhor a razão da não recomposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Sr. Presidente, muito obrigado.

O deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao deputado Sargento Rodrigues. Acho que até seria melhor que fosse fora dos microfones. Poderíamos tentar ser mais céleres na condução desse processo de agora de manhã, de votação do projeto, e, em seguida, fariamos declaração de voto. Também tenho um assunto importantíssimo para tratar em relação à questão das contas rejeitadas do futuro governador. Temos prefeitos que são cassados por tão pouco, por cesta básica, *ticket* de alimentação, etc. Vamos votar agora, é isso.

O deputado Sargento Rodrigues - Bom dia a todos, bom dia, deputadas, deputados e público que nos assiste pela TV Assembleia. Presidente, trago aqui uma denúncia gravíssima, um fato que está ocorrendo neste exato momento. Deputado Bonifácio Mourão, conversamos muito sobre segurança pública e Polícia Militar quando voltávamos de Valadares. Tem hora que ficamos sem entender o cidadão que teve determinadas ideias. Imagine, deputado Carlos Pimenta, hoje temos dois conjuntos residenciais de policiais em Venda Nova e no Conjunto das Américas, no Bairro Betânia, região Norte e região Oeste. São residências funcionais onde moram famílias de policiais e de bombeiros que foram ameaçadas pelo crime ou que moravam em área de risco. A permanência desse policial ou desse bombeiro lá colocava em risco toda a sua família. Houve policiais que tiveram de sair com sua mudança de madrugada, deputado Bonifácio Mourão, para não ser morto por traficante, para não sofrer um atentado contra a sua vida, contra a vida de sua esposa e de seus filhos. Esses dois residenciais foram adquiridos pelo Estado de Minas Gerais, pelo poder público, para abrigar esses policiais que são ameaçados. O governo fez um decreto que estabelece o prazo de permanência, deputado Bonifácio Mourão. Mas, passado esse período de dois anos, eles não conseguiram equilibrar as suas contas e adquirir um imóvel por conta própria, não conseguiram comprar a sua residência ou alugar outro imóvel. O que o Estado de Minas fez por intermédio da Polícia Militar? Aí é que ficamos preocupados, deputado Bonifácio Mourão. Queria saber qual foi o coronel da Polícia Militar que teve a brilhante ideia de entrar com ação de despejo, deputado Paulo Lamac. O juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte determinou o despejo dos policiais, o despejo da família dos policiais, presidente. Onde vão colocar essas famílias? Tanto este deputado quanto o deputado Durval Ângelo fomos até o conjunto Residencial Jardim das Américas, fizemos reuniões, audiências públicas para impedir isso. Não há como tirar dali a família de um policial, de um bombeiro, a sua esposa e os seus filhos, colocar em um caminhão de mudança e dizer: vai para onde quiser. Deputado Marques Abreu, é isso o que está acontecendo. Está aqui a ação de reintegração de posse movida pelo próprio Comando da Polícia Militar para despejar os policiais. Vão voltar para as favelas? Vão voltar para as áreas de risco? Esse é o apelo que fazemos aqui. Deputado Durval Ângelo, liguei agora cedo para o Cel. Divino Pereira de Brito, atual chefe do Estado Maior da Polícia Militar, para que ligue imediatamente e determine que os policiais militares não cumpram essa ordem judicial. Assim, podemos encontrar uma saída decente e harmoniosa. O juiz fixou multa diária no valor de R\$1.000,00 a R\$50.000,00. O policial que está lá saiu de uma área de risco, teve de tirar o filho da escola, a esposa, que estava trabalhando em determinado lugar, teve de sair do emprego, ou seja, arreventou a vida social da família. Agora, a Polícia Militar quer cumprir uma ordem de despejo e colocar os próprios policiais militares ameaçados - e suas famílias - na rua. É um absurdo o comando da Polícia Militar permitir o cumprimento dessa ordem judicial. Tratando-se de posse injusta, com menos de um ano e um dia e considerando-se que o réu foi devidamente notificado em 21/3/2014, preenchidos os requisitos dos art. 927 e 928 do Código de Processo Civil, o juiz concede liminar requerida pelo Estado de Minas Gerais, leia-se Polícia Militar, determinando a imediata reintegração de posse do imóvel, colocando os policiais e os bombeiros que moravam em área de risco ou que foram ameaçados de morte - suas famílias inclusive - na rua. O juiz estabeleceu uma multa diária de R\$1.000,00 a R\$50.000,00 para um policial militar, que não tem mesmo onde cair morto. Presidente, encerrando as minhas palavras, quero dizer ao Cel. Sant'Ana e ao Cel. Brito que determinem a imediata suspensão, sob pena de a Polícia Militar criar uma crise interna desnecessária, porque não vamos permitir que policiais sejam despejados e colocados na rua com suas famílias. Não vamos permitir em hipótese alguma que uma ordem judicial seja cumprida da forma como está



colocada. Faço um apelo ao Cel. Márcio Martins Sant'Ana e ao Cel. Divino Pereira de Brito, respectivamente comandante-geral da Polícia Militar e chefe do Estado Maior da Polícia Militar: não permitam que essa atrocidade seja cometida contra os próprios policiais militares, sob pena de criarmos uma crise institucional muito mal conduzida por quem entrou com essa ação. São essas as nossas considerações, presidente. Vamos aguardar a manifestação da Polícia Militar.

A deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro; parlamentares da Casa; deputado Ivair Nogueira, da nossa cidade de Betim e vice-presidente desta Casa; deputado Dilzon Melo; deputado Gustavo Corrêa. Deputado Sargento Rodrigues, antes de iniciar a minha questão de ordem, gostaria de dizer que concordo com suas palavras. Recentemente, acompanhei uma desocupação em Betim, coordenada pelo Maj. Aloísio. A polícia desempenhou um papel importantíssimo para que tudo corresse de forma tranquila. É muito importante que essa lei seja revista. Quando tentamos reverter o quadro em Betim, não conseguimos mais, estava em cima da hora, enfrentamos problemas de todos os tipos. O terreno era público, da prefeitura. O terreno estava parado há 20 anos e ocupado por mais de 100 casas, inclusive de alvenaria, ou seja, houve tempo para construção. O que acontece? Desocupam o terreno e tiram as famílias. Como esse caso que V. Exa. exemplificou, não há sentido. Se eles têm que sair, deve ser para algo definido, que a prefeitura tenha um local, tenha um programa, governo do estado e prefeitura municipal. Deputado Sargento Rodrigues, precisamos modificar a legislação. Nesta Casa, temos uma lei que prevê que toda desocupação deve ser acompanhada por representantes da Assembleia, do Ministério Público, de várias entidades. Essa lei, às vezes, não é cumprida. Temos de rever isso. Os deputados que irão continuar nesta Casa precisam debater a legislação vigente, porque está havendo muitas injustiças. Há casos em que os terrenos não têm utilização pública, há casos de terrenos públicos em que há desocupações sem qualquer proposta de construção e de uso dele para o bem comum. Nesse caso, estou solidária a V. Exa. Presidente Dinis Pinheiro, sobre a situação que estamos vivendo, como disse ontem em meu pronunciamento, precisamos refletir porque não tem cabimento um 3º turno. As urnas já deram o resultado. Temos de construir coletivamente no estado e no governo federal. Precisamos unir forças, todos os partidos políticos, todas as lideranças. Como disse o deputado Wander Borges, temos problemas. Concordo. O problema prisional no Brasil é gravíssimo, em Minas também. Além de cuidar e reformar o sistema que está aí, temos principalmente que ter políticas públicas de prevenção. Está havendo essas políticas, basta vermos os números. Há 8 milhões de jovens em cursos técnicos. Isso é política de prevenção no Brasil. Entretanto, ainda é insuficiente. Como disse a presidenta Dilma, precisamos avançar mais em investimento em políticas públicas, em educação. A saúde precisa avançar. Estivemos em Brasília junto com o presidente e demais parlamentares e levamos as assinaturas de Minas para que tenhamos mais recursos. Esse é um papel institucional importantíssimo. Ficar só criando 3º turno, questionando a eleição que é inquestionável, é inconcebível. Estamos perdendo tempo. Agora, temos que cuidar das políticas públicas. Os que foram eleitos devem governar. Nós, que amamos este estado e este país, devemos contribuir seja de que partido formos. É preciso questionar o que for preciso, mas uma tentativa de golpe não cabe. Estamos em uma democracia, e esta deve ser fortalecida. Obrigada, presidente.

O deputado Rogério Correia - Presidente, não poderia terminar o ano legislativo sem fazer um cumprimento especial ao presidente Barack Obama. Faço-o pela atitude de grandeza ao reconhecer o erro de 50 anos de embargo à ilha de Cuba e ao povo cubano. Ele os fez nessas letras, dizendo que foi uma estratégia equivocada. Agora, vai reatar com Cuba e permitir que os países tenham entre si comércio e que Cuba possa se abrir ao mundo. Isso deve ser comemorado, pois foram 50 anos da chamada guerra fria, de embargo econômico. Comemorou-se em toda a América Latina. Anteontem, a presidenta Dilma foi eleita a presidente do Mercosul. Agora, por meio de nossa presidenta, o Brasil preside o Mercosul. Temos muito a comemorar neste final de ano. Comemoramos inclusive o Porto de Mariel, que foi tão criticado e que agora está sendo comemorado por todos como uma estratégia completamente correta. Será um porto mais importante que o do Canal do Panamá, porque por ali haverá embarque de mercadorias de todo o mundo, não só para Cuba, mas também para toda a América Central. Passou a ser um porto estratégico, e o investimento realizado por empresas brasileiras, com recursos do BNDES, serão pagos, geraram-se empregos e se mostrou uma estratégia correta. Ao mesmo tempo, o povo cubano está em condições muito melhores de prosseguir a sua vida. A revolução cubana na época foi algo muito comemorado no mundo. Cuba era praticamente um prostíbulo dos Estados Unidos. Quando Fidel Castro e Che Guevara fizeram a revolução, foi um grito de liberdade. Como se passaram os anos da Guerra Fria, os Estados Unidos fizeram um embargo enorme a uma ilha pequenininha, que poucas coisas produz. Mas aquele povo resistiu heroicamente. Mesmo com todo o embargo econômico, Cuba passou a ter índices de desenvolvimento humano maiores que a grande maioria dos países da América Latina; um sistema educacional de fazer inveja, que hoje exporta médicos para o mundo inteiro, inclusive para a África, que enfrenta problemas com o ebola, e para o Brasil, com o programa Mais Médicos. O programa de saúde de Cuba é exemplo para o mundo, além do programa educacional. Agora se abrem as fronteiras. A relação diplomática entre Cuba e Estados Unidos é reatada entre o presidente Castro e o presidente Barack Obama, com a anuência da América Latina. A presidenta Dilma presidirá o Mercosul neste momento tão importante. Queria parabenizar o presidente Barack Obama, o presidente Castro, de Cuba, e a presidenta Dilma. Ontem, a presidenta Dilma foi diplomada, apesar de o PSDB ter pedido ao TSE a sua cassação e a diplomação do Aécio. Nunca vi algo desse tipo em minha vida: o inconformismo do senador com a derrota. Ele achava que estava predestinado a ganhar; teria de ser ele, pois o representante das elites não pode perder; a casa grande não pode perder. Sr. Presidente, fico muito feliz com essa reviravolta que acontece no mundo agora. É o que vim comemorar. Além disso, a presidenta Dilma comemora R\$1.000.000.000,00 para obras do PAC. Com certeza, tanto o metrô quanto a 381 e oanel rodoviário também entrarão no PAC 3, com o governador Pimentel. Talvez seja isso que está levando o PSDB a querer que haja golpe no Brasil e em Minas. Não querem diplomar o Pimentel, não querem diplomar a Dilma, mas o povo já os diplomou. São as eleições que fazem isso, é o resultado eleitoral. Cabe agora ao PSDB a oposição, que espero a façam com a destreza e a responsabilidade com que sempre fizemos no Brasil, quando não estávamos no governo. A oposição tem de ser valorizada. Não pode é tentar golpe, ir às ruas e pedir regime militar, pedir ditadura de novo. O senador Aécio Neves tentou, na madrugada, junto ao PSDB, se diplomar no lugar da presidenta Dilma, e isso virou piada pronta no mundo inteiro: candidato derrotado tenta ganhar o diploma da candidata que ganhou a eleição. Presidente, vamos votar. As meninas estão pedindo para votarmos, e já há um requerimento com essa solicitação. Se todos os outros projetos forem retirados, nós votaremos. Já disse isso. O



combinado seria ter só o projeto do Tribunal de Justiça Militar. Se for só ele, e os outros forem retirados, topamos votar. Se pudessem colocar na pauta o requerimento, nós o votaremos e passaremos a apreciar o projeto.

O deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, estou representando o deputado Inácio Franco, que é o líder do bloco: sou o vice-líder e, se os demais deputados concordarem, já assinamos o requerimento solicitando a V. Exa. a retirada de pauta de todos os outros projetos. Parece que só faltava a assinatura do PT. Esse requerimento já se encontra nas mãos de V. Exa.? Está certo, Presidente. Estamos retirando os outros projetos, e votaremos apenas o relativo ao Tribunal de Justiça Militar. Gostaria de, nesses 4 minutos de que disponho, manifestar minha preocupação. O jornal *Estado de Minas* de hoje trás uma matéria com o seguinte título: “Medicina da Universidade Federal de São João del-Rei toma bomba no Enade”. A matéria diz que quase um quinto dos cursos de medicina do País estão com a corda no pescoço no quesito qualidade do ensino ofertado. Dos 139 cursos avaliados pelo MEC, 20% tomaram bomba ao receber notas 2 e 1, abaixo da média satisfatória instituída pelo Conselho Preliminar de Curso. A matéria diz ainda que, em Minas Gerais, os únicos cursos que receberam avaliação positiva foram os de medicina da UFMG, da UniBH, da Universidade do Vale do Sapucaí - Univas -, em Pouso Alegre, e a Universidade Federal de Uberaba. Ficamos preocupados com a falta de investimentos nos cursos de medicina do Brasil. Para o governo federal, é muito prático, muito cômodo lançar o programa Mais Médicos, importando cerca de 15 mil médicos de Cuba. E o curso de Cuba não é de medicina; lá é realizado um curso inicial de quatro anos de que participam médicos, enfermeiros e outros profissionais ligados à área da saúde. Após quatro anos, alguns optam para cursar mais dois anos de especialidade na área de medicina. Salvo engano, todos os profissionais que vieram de Cuba fizeram apenas o curso básico de quatro anos, e aqui chegaram com o título de médicos. Na verdade, eles não são médicos; concluíram o curso básico de quatro anos, comum a todos os profissionais da área de saúde. E isso deixa nossas universidades em situação difícil. Imaginem se a Universidade Federal de São João del-Rei for excluída, não mais ofertar vagas e, ao mesmo tempo, se importar médicos de Cuba. A situação é gravíssima. Estão incentivando a proliferação de cursos de medicina sem a mínima condição. Esta Casa está nos alertando para o fato de que outras faculdades de medicina podem correr o risco de ter de fechar as suas portas. Ivair, na sua querida Betim, parece-me que, a partir de 2016, funcionará um novo curso de medicina. Aliás, qualquer cidade hoje pode candidatar-se a ter um curso de medicina, mas não recebem os investimentos necessários por parte do governo federal. Portanto, temos de encarar essa situação. Espero, na Comissão de Saúde ou num processo especial da Casa, fazer uma ampla discussão a respeito dos cursos médicos ofertados em Minas Gerais para que não corramos o risco de ver uma universidade federal tomar bomba e ser ameaçada de fechar suas portas. Obrigado.

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa - Sr. Presidente, deputado Ivair Nogueira; deputado Dilzon Melo, 1º-secretário desta Casa, vou me ater ao que vem sendo tratado pelos meus pares que me antecederam. Em primeiro lugar, queria dizer que sempre foi preocupação deste parlamentar trabalhar para que nossa Minas Gerais seja um estado melhor, onde todos tenhamos uma qualidade e uma condição de vida dignas. Quero agir da mesma forma que os deputados da atual base governista, que aqui marcam presença atendendo ao chamamento do nosso líder, deputado Luiz Humberto, para que possamos votar o Projeto de Lei nº 3.507, que com certeza viria coroar uma luta e dedicação extraordinárias das nossas amigas que aqui se encontram. Tenho certeza de que seria um belo presente de Papai Noel para cada uma de vocês. E fico surpreso cada vez mais, deputado João Vítor Xavier. Vou repetir algo que falei na última semana, disse ontem e volto a ressaltar hoje: causa-me tamanha estranheza a atuação de determinados parlamentares, que durante dois anos se preocuparam única e exclusivamente em fazer críticas ao senador Aécio Neves, naquela época governador do Estado de Minas Gerais, posteriormente ao futuro senador Antonio Anastasia, que sucedeu o governador Aécio Neves, e depois ao governador Alberto Pinto Coelho. Sempre fazendo críticas no sentido de que eles não cumpriam com suas obrigações, que não pagavam os servidores da forma que deveriam ser remunerados. Tenho certeza, deputado Leonardo Moreira, de que terei de subir a esta tribuna toda semana, para alertar aqueles deputados que hoje estão na oposição, que estarão à frente do governo de Minas nos próximos quatro anos - e, justiça seja feita, foi vontade do povo mineiro -, cobrando que cumpram todas aquelas promessas realizadas durante a campanha. E, mais do que isso, escuto determinados parlamentares, sobretudo do partido que ganhou o governo de Minas Gerais e que novamente foi reeleito pela maioria dos brasileiros por uma pequena diferença, dizendo que acabou o terceiro turno, que não devemos pensar em terceiro turno, que devemos ter calma, juízo, paciência. Será que eles se esqueceram de que durante 12 anos não aceitaram os resultados das urnas que os colocaram na oposição? Será que se esqueceram de quantas e quantas vezes subiram a esta tribuna para fazer críticas a este governo que hoje temos em Minas Gerais, governo este reconhecido pelos mais importantes órgãos de fomento internacionais? Governo este que levou asfalto a todos os municípios mineiros? Espero eu, deputado Gustavo Valadares e deputado Rogério Correia, o tão sonhado metrô, a tão sonhada duplicação da BR-381 e, sobretudo, do anel rodoviário. Espero que agora a nossa atleticana, deputado Rogério, a presidenta Dilma, cumpra esse dever com os mineiros e traga essas obras, para que o povo mineiro não se arrependa de ter votado no partido de V. Exa. E volto a dizer, espero eu, Rogério, que esteja equivocado, porque estou vendo o que irá acontecer, nos próximos quatro anos, com tudo aquilo que foi prometido durante a campanha eleitoral. Campanha essa, porque confio na Justiça do nosso estado e do nosso país, que sofrerá os processos em relação ao abuso do poder econômico detectado na campanha. Presidente, quero dizer que tenho a certeza, infelizmente, de que a vitória do futuro partido que irá governar Minas Gerais, foi, mais uma vez, um estelionato eleitoral.

O deputado João Leite - Sr. Presidente, obrigado. Quero saudar as meninas do Tribunal de Justiça, que estão fazendo um trabalho bonito. Democracia é assim mesmo, com a presença, trazendo as reivindicações à Assembleia Legislativa. Presidente, em nome do PSDB, porque sei que falo também em nome dos meus colegas, quero dizer que o PSDB tem demonstrado, na sua trajetória em nosso país, como é um partido democrático. O presidente Fernando Henrique Cardoso passou o governo brasileiro ao presidente Lula, depois de realizar um trabalho que todos nós reconhecemos, de fortalecer, de implantar o Plano Real. Só isso demonstra, no momento democrático brasileiro, como o PSDB se comportou. Por isso, presidente, quem questiona a validade da campanha da presidente Dilma não é o PSDB, são as instituições. As contas da presidente Dilma são questionadas e quem questiona a campanha do Sr. Fernando Pimentel não é o PSDB, é o procurador eleitoral de Minas Gerais. Como está dizendo o deputado Gustavo Corrêa, é o procurador federal de Minas Gerais que está questionando. Ele está pedindo a cassação do Sr. Pimentel e do Sr. Antônio Andrade. Não



é o PSDB, não é golpe, são as instituições. Sabem por quê? A campanha do Sr. Pimentel está toda irregular. São R\$10.000.000,00 a mais. De onde saiu esse dinheiro, isso eles não explicam. Não é o PSDB de Carlos Mosconi, de Covas, de João Vítor Xavier, de Luiz Humberto Carneiro, de Leonardo Moreira, Gustavo Valadares, Célio Moreira, Luiz Henrique. Não somos nós, é o procurador federal eleitoral que pede a cassação do Sr. Pimentel e do Sr. Antônio Andrade e a inelegibilidade dos dois. É simples assim. Não é o PSDB de Antônio Carlos Arantes e Lafayette de Andrada e dos partidos que compõem uma grande base na Assembleia Legislativa. Não fomos nós, é a lei, é a justiça que está pedindo, porque foi irregular. Ontem coloquei no meu Twitter que o PT fez gol de mão em Minas Gerais. É um escândalo a campanha do PT em Minas Gerais. E um deputado, que nem do PT é e que nunca veio à Assembleia Legislativa, veio aqui defender. Agora ele apareceu aqui na Assembleia e está questionando tudo. Ele não vinha à Assembleia Legislativa. Quero levantar o ponto dele aqui. Agora ele está falando contra o PSDB. Deputado, não é o PSDB não; é o procurador federal eleitoral que está dizendo, que está pedindo a cassação do Sr. Pimentel e do Sr. Antônio Andrade; é ele. As contas estão reprovadas. As contas do Sr. Pimentel estão reprovadas. Não é possível que, num Estado democrático, aceitemos o que o PT está fazendo no Brasil. Vergonha é o que está acontecendo com a Petrobras. Vergonha é o que os brasileiros estão passando pelo que o PT fez na Petrobras. Isso é que é vergonha. Vergonha é o que estamos vivendo nesta Assembleia Legislativa, em que o PT não permite a votação do reajuste de 4,6% para os servidores do Estado. O PT é uma vergonha, é um péssimo exemplo para a democracia brasileira. Pois não, deputado Ivair Nogueira. Concluírei meu pronunciamento lembrando que não é o PSDB, não são os partidos que compõem a base do governo que honrou tanto Minas Gerais, com o governador Aécio Neves, com o governador Anastasia e com o governador Alberto Pinto Coelho; quem está pedindo a cassação de Pimentel e de Antônio Andrade é o procurador eleitoral federal. Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado João Vítor Xavier - Sr. Presidente, indago se já há condição de votar o projeto. Ainda não há? Todas as assinaturas ainda não foram coletadas? Então, enquanto se compõe o acordo, vou fazer o meu pronunciamento. Sr. Presidente, tenho ouvido, estarrecido, na imprensa, e também aqui na Casa, agora há pouco, o deputado Rogério Correia falar sobre o fantástico porto de Mariel. Ele falou: "O porto de Mariel vai ser muito bom para o Brasil". Desafio o deputado Rogério Correia, a bancada do PT ou qualquer cidadão brasileiro a explicar como o porto de Mariel vai ser bom para o Brasil. Qualquer um que disser isso estará mentindo. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque o contrato do porto de Mariel é secreto. Ninguém sabe como vai funcionar o porto de Mariel. Ninguém sabe quais são os direitos do Brasil no porto de Mariel. Ninguém sabe quais são as obrigações do Brasil no porto de Mariel. Ninguém sabe, deputado Dilzon, como será restituído o dinheiro do povo brasileiro empregado no porto de Mariel. Ninguém sabe se há coparticipação do Brasil no porto de Mariel. É tudo misterioso. É tudo sigiloso. Então, não passa de anedota, de abobrinha, de fábula dizer que o porto de Mariel vai ser bom para o Brasil, porque ninguém conhece o contrato do porto de Mariel porque ele é sigiloso para proteger, em primeiro lugar, os interesses do Partido dos Trabalhadores e, em segundo lugar, os interesses das empreiteiras, que, pelo visto, têm sido muito generosas com esse partido. A única coisa que muda, Sr. Presidente, na abertura de Cuba, não é o sistema econômico e político mundial, mas o sistema econômico e político de Cuba. O que fracassou não foi o capitalismo, para o qual Cuba está se abrindo; o que fracassou foi o projeto comunista e ditatorial da família Castro. Estou procurando, no meu telefone, algumas informações sobre o livro lançado pelo mordomo, o segurança pessoal, o ajudante de ordens do Fidel Castro, que fala sobre a vida de opulência que ele vivia na ilha de Cuba. Enquanto o povo cubano tem que pagar, hoje, US\$250.000,00, se quiser um carro - e não consegue, porque o salário médio de lá não chega a US\$100,00 -, deputado Gustavo Corrêa, que esteve lá recentemente, Fidel Castro tinha um iate em cada uma das praias de Cuba. Ele tinha, deputado Lafayette, 20 casas de luxo, algumas no estilo Luís XV, o rei sol. Era o rei Fidel, do Caribe. Isso é que fracassou. Cuba é a penúltima fronteira do fracassado modelo que faliu nos anos 1970 e 1980 e se transformou em ditaduras pelo mundo. Hoje só falta a Coreia do Norte. É uma alegria ver a ilha de Cuba se abrindo para o capitalismo, pois não basta pregar a divisão; para se dividir alguma coisa, tem-se primeiro que gerar riqueza, e Cuba abriu mão, nos últimos 50 anos, de gerar riqueza. Hoje, compartilha-se a pobreza em Cuba, divide-se a pobreza. É uma alegria ver que Cuba está se abrindo para o mundo. Então, se o deputado Rogério Correia veio aqui cumprimentar o Obama pelo gesto, eu cumprimento o povo cubano, pois a família Castro não é digna de meu cumprimento. Uma família que oprime um povo há 50 anos, que vive no luxo e na opulência - isso foi dito pelo próprio funcionário do Fidel e do Raul Castro -, enquanto o povo vive na miséria, não merece meus cumprimentos. E torço muito para que Cuba não faça como a China, que apenas aderiu à economia de mercado, mas sim como os países do leste europeu que, além de aderir à economia de mercado, abriram suas portas para a democracia. O PT, neste momento, questiona a procuradoria eleitoral, falando em democracia, em golpe, alegando que quem questiona as suas contas é golpista, que quem critica a Dilma é golpista e quem está contra o trator que o PT está passando sobre a democracia no Brasil é golpista. Segundo esse partido, aqui somos todos golpistas, mas, na verdade, o golpe existe onde estão os sistemas apoiados pelo governo petista do Brasil: Venezuela, Cuba. Estive nas Olimpíadas de Atenas, Sr. Presidente, e lá entrevistei a maior jogadora de vôlei da história, Mireya Luis, cubana. Perguntei-lhe o que estava fazendo, e ela respondeu que estava lá para algo que se chamava eleição; ela não sabia o significado, desconhecia a palavra eleição. Esse é o país em que vive a querida e a honrada Mireya Luis, um país que não conhece a eleição. Esse é o país aplaudido pelo PT.

2ª Fase

O presidente - Esgotada a hora destinada à 1ª Fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, a bancada do PT está reunida, discutindo a questão do Tribunal de Contas. Parece que está pacificada a votação do Tribunal de Justiça Militar, e estão em entendimento quanto a votar ou não a questão do Tribunal de Contas. Temos que suspender. Toda a bancada do PT e do PMDB está no salão vermelho.

Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

- Vem à Mesa:

ACORDO DE LÍDERES

A totalidade dos líderes com assento nesta Casa acordam sejam retirados da pauta desta reunião todos os projetos, exceto o Projeto de Lei nº 3.507/2012.

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2014.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência acolhe o acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 19 de dezembro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

O presidente - Vêm à Mesa requerimentos dos deputados Fred Costa e Rogério Correia, em que solicitam, respectivamente, que os Projetos de Lei nºs 3.507/2012 e 5.497/2014 sejam apreciados em 1º lugar, nessa ordem, entre as matérias em fase de discussão. A presidência declara prejudicados os requerimentos.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma sugestão a esta Casa. No mundo inteiro, nos parlamentos, quando há dificuldade de quórum no Plenário, são adotadas certas medidas. Por exemplo, na Austrália, uma campainha soa por toda casa de 15 em 15 segundos. Enquanto todos os deputados não estão no Plenário, ela não para. No Japão, há uma grande gôndola, como uma bacia, que o presidente toca. Está na hora de mudarmos o costume, pois não adianta somente pedir pelo alto-falante da Casa a presença dos deputados. Se esse procedimento está dando certo nos parlamentos de todo o mundo, está na hora de o adotarmos também aqui. Assim não teríamos dificuldade de fazer com que os deputados adentrem no plenário para realizarmos votação. As meninas estão nas galerias em número pequeno, mas costume dizer que, na torcida do América, o número é pequeno, mas faz um barulho muito grande. Obrigado.

O presidente - Muito bem, deputado Alencar da Silveira Jr., mas, de acordo com o Regimento Interno, me parece que essa demanda expressa por V. Exa. é atribuição da 3ª-Secretaria.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos nos Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, vou ser muito breve. Só se votou esse projeto porque este deputado teve a grandeza de espírito, deputado Wander Borges, de retirar as emendas e o substitutivo que apresentou em Plenário. Se eu não retirasse, ele ia receber as emendas quando do encerramento da discussão em 1º turno, retornaria à comissão, o que retardaria o andamento da matéria, e, consequentemente, não seria votado este ano. Fiz, por grandeza de espírito, deputado Wander Borges, diferentemente do deputado Rogério Correia, que não permitiu a votação do meu projeto porque o projeto dele não passou nas comissões, presidente. Ele disse o seguinte: "Se o meu projeto da anistia das professoras não passou, então o seu também não pode". Ele veio aqui - não sei qual palavra seria mais adequada - dizer que o deputado Sargento Rodrigues impediu a votação de 32 projetos. Isso, deputado Dilzon Melo, depois que fizeram oposição e obstrução por 30 dias - aliás, como corrigiu o meu colega, deputado João Vítor Xavier, por 32 dias mais precisamente - e depois jogar na minha conta ontem. E ainda teve a coragem de dizer que sou o centro do universo, o centro do mundo, que sou egocêntrico. É muita cara de pau. Não tem outro adjetivo.

O deputado Doutor Wilson Batista chegou aqui agora e perguntou: "Por que não votaram os projetos do deputado"? E o deputado Rogério Correia respondeu: "A culpa é do deputado Sargento Rodrigues, que não permitiu a votação dos demais projetos". Deputado Doutor Wilson Batista, esse moço não quis deixar votar meu projeto porque o dele não havia passado nas comissões, deputado Leonardo Quintão. Qual a culpa que tenho do projeto do deputado Rogério Correia não ter tramitado e o meu conseguir tramitar? Mas essas questões, deputado Dilzon Melo, acabam acontecendo dentro do parlamento. Tenho memória muito boa e já guardei a pauta de ontem para o ano que vem. Depois, vou falar assim: "Deputado, essa é a pauta do dia 18/12/2014, o senhor se lembra dela"? "Lembro." "Pois é, o senhor se lembra do projeto que o senhor impediu? Agora, vamos fazer obstrução no seu governo para o seu governo sentir ou pelo menos escalar melhor os seus interlocutores". Ainda estão tratando, mesmo depois da eleição, os deputados da base de governo como inimigos dos deputados da oposição. Acho que alguns líderes do PT precisavam ter mais espírito conciliador. O deputado que é líder de governo tem que conciliar a base com a oposição, tem que estabelecer um diálogo constante. E a palavra, deputado Bonifácio Mourão, é conciliar, conciliar, conciliar e conciliar. E, se não tiver essa paciência, deputado Dilzon Melo, esse temperamento mais ameno, não conseguirá. V. Exa., que está terminando o sexto mandato, sabe perfeitamente o que estou falando. Às vezes, uma palavrinha mal colocada pelo líder joga tudo por água abaixo.



Deputado João Leite, como disseram as meninas do TJMMG, houve deputado que foi até elas e fez mil promessas: “Deixa comigo que vou resolver esse problema, que vou fazer isso, que vou fazer aquilo”. Mas nem sequer veio ontem para votar o projeto. Nem sequer veio ontem para votar o projeto, nem ontem nem hoje. Eu, não: desde o primeiro momento posicionei-me da mesma forma. Eu disse a elas: não sou contra o concurso de vocês, sou contra a estrutura do Tribunal de Justiça Militar. No ano que vem vou apresentar uma PEC para propor a extinção desse tribunal, até porque vou pertencer a um bloco em que posso contar com mais de 26 assinaturas. Portanto, vou propor a extinção, mas vocês não perderão o cargo, porque preparamos a proposta de emenda à Constituição propondo a extinção e transformando o Tribunal de Justiça Militar, ou melhor, o “tribunal de injustiça militar”, deputado João Vítor Xavier, numa câmara especializada do Tribunal de Justiça. Assim, acabamos com aquela estrutura pesada, onerosa para o poder público e completamente desnecessária. Deputado Dilzon Melo, o tribunal, em outras 23 unidades da Federação, é uma câmara, com três desembargadores especializados no ramo do direito castrense ou direito militar.

É isso que estamos propondo em nossa PEC. Por isso, quis investigar as denúncias das mazelas vergonhosas, deputado Dilzon Melo. Elas não têm absolutamente nada a ver com isso. Esta Casa ficou de joelhos, não teve a coragem de exercer o seu papel de fiscalizar e deixou as denúncias morrerem na gaveta. Não exerceu o seu papel de investigar salários de R\$60.000,00, R\$80.000,00 e R\$100.000,00 pagos, deputado Marques Abreu, a juízes e coronéis do “tribunal de injustiça militar”. Por que uso a expressão “tribunal de injustiça militar”? Alguns deputados não sabem o motivo. O tribunal é composto em 1º grau, deputado Dilzon Melo, das auditorias, que são seis. O deputado Bonifácio Mourão conhece isso muito bem. As auditorias são compostas por juízes mesmo, juízes togados, juízes que prestaram concurso. A estes, o meu respeito e a minha total reverência. Não há o que discutir. Os juízes da 1ª instância do Tribunal de Justiça Militar são os juízes da auditoria militar, são juízes concursados, advogados que prestaram concurso.

O erro, a aberração está no tribunal, porque ainda não vi uma cabeça maior que o corpo, deputado Dilzon Melo, deputado Fabiano Tolentino. Nas auditorias são seis juízes togados, concursados. Na cabeça são sete juízes no papel de desembargadores, sendo quatro coronéis. Há um incompetente, um senhor desprezível, de nome Sócrates Edgard dos Anjos, que nem sequer é bacharel em direito. Esse moço julga, revê, reforma sentenças, deputado Dalmo Ribeiro Silva, de uma juíza como a Dra. Daniela, que é doutora em direito constitucional.

Então, não há como não defender a extinção do tribunal. Não é da Justiça Militar, mas do tribunal. A Justiça Militar de 1º grau permaneceria do mesmo jeito, mas o tribunal se transformaria em uma câmara especializada do Tribunal de Justiça. Acabamos com a farra. Esse dinheiro poderia estar hoje, deputado Bonifácio Mourão, sendo usado para colocar gasolina em viaturas da Polícia Militar, da Polícia Civil, para adquirir mais coletes à prova de balas e viaturas novas, mas está lá fazendo a farra de coronéis do “tribunal de injustiça militar”.

Gente, é vergonhoso! Dá nojo abrir o *site* do tribunal e ver quantos processos eles julgam. Eu disse a vários deputados que percorrem as comarcas do interior que acharão juízes com 20 mil, 30 mil processos. E no “tribunal de injustiça militar” - é injustiça mesmo, não falei justiça -, eles estão com 800 processos. É vergonhoso, deputado Mourão. Entretanto, esta Casa se acovardou, porque apresentou uma PEC para acabar com ele, mas essa PEC não passou pela comissão especial - aliás, não foi nem sequer nomeada uma comissão especial. Apresentei a proposta de realização de uma CPI, mas os deputados foram lá e retiraram sua assinatura.

Como o Poder Legislativo tem essa facilidade, seus membros têm essa facilidade de se curvar, como têm essa capacidade enorme de subtrair de si mesmos sua autonomia, sua prerrogativa. É impressionante como o Legislativo faz isso com ele mesmo. A troca de quê? A troca apenas de uma sinalização do palácio de que o governo quer. Dilzon, às vezes deputado fala em nome do governo e nem do governo é; é coisa da cabeça dele como líder de bloco: joga essa história, e o restante rapidinho engole.

Já vou encerrar, deputado. É impressionante como as pessoas se curvam. Minha tese é a de extinguir o Tribunal de Justiça Militar, transformando-o em câmara, e os servidores concursados, obviamente, não seriam colocados na rua, mas recolocados no Tribunal de Justiça. Aí, sim, pertenceriam a um tribunal verdadeiro. Estou encerrando, aguarde. Não concedi aparte ao deputado Alencar. Gostaria que V. Exa. entendesse.

Presidente, em todos os momentos disse a elas que sou contra por conta disso e não tenho melindres em falar sobre nomes, valores, porque este deputado tem as mãos limpas. Não tenho medo de enfrentar ninguém nesta tribuna. Aquele tribunal não é de justiça: é de compadrio, de conluio.

Quando um soldado é expulso da polícia, deputado Dilzon, o juiz togado, em muitas decisões, manda reintegrá-lo, porque conhece direito constitucional, sabe o que é processo e vê que o litigante tem o direito; então, concede. Assim, o Estado é obrigado a recorrer de ofício, conforme norma processual. O Ministério Público recorre de ofício, vai para o tribunal e cai na mão do coronel. O que acontece? O coronel é ex-comandante-geral da PM. O coronel da ativa liga e fala - entendam como funciona - que o soldado é todo enrolado, que é chapeleiro, que é nó-cego, que é preciso dar bomba nele. Dilzon, o direito não é olhado, porque o deputado ligou, o coronel ligou. Por isso sou contra, por conta desse compadrio, desse conluio, pois não existe justiça. Não adianta ser o advogado mais brilhante, porque a reforma da sentença cairá nas mãos do coronel, que é amiguinho do outro coronel. Então, não resolve. Mesmo sendo contra o tribunal, retirei as emendas e permiti o acordo para votarmos o projeto.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues - Presidente, peço recomposição de quórum.

O presidente (deputado Alencar da Silveira Jr.) - É regimental. Acho que é uma maldade o que está sendo feito aqui agora. É muita maldade. Acho que o que está sendo armado aqui hoje é uma maldade com o pessoal que está aí. Por isso vamos fazer a recomposição de quórum e gostaríamos da presença dos deputados neste Plenário. Solicito a presença dos deputados de todos os partidos no Plenário para fazermos a votação. É uma maldade o que está sendo armado nesta Casa. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Gustavo Corrêa) - (- Faz a chamada.)



O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Responderam à chamada 34 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* - Presidente, como ainda tenho 25 minutos, antes de passar a palavra ao deputado Duarte Bechir, gostaria de falar do gesto de covardia do deputado Rogério Correia, que aqui fez o encaminhamento para construir um acordo. E esse acordo era para que retirássemos os outros projetos, deixando apenas o do tribunal. Os deputados aceitaram o acordo, votaram o requerimento retirando da pauta os demais projetos, ficando apenas o de nº 3.507, do Tribunal de Justiça Militar. É lastimável fazer isso com as pessoas. Nós, deputados, já estamos calejados, cansados de ver esse tipo de comportamento. O deputado Rogério Correia poderia vir aqui para dizer a vocês por que propôs um acordo. Nós votamos o requerimento retirando da pauta os outros três projetos, e, simplesmente, ele sai do Plenário para não dar quórum. Mas continuaremos a discussão, ligaremos para os gabinetes dos deputados e mostraremos ao PT que não fazemos esse tipo de acordo, essa sacanagem, essa covardia com vocês.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, esta Casa é marcada pelos debates, pelas lutas. Mas hoje, pela manhã, ela macula a sua característica, a sua história. Ouço o choro dessas meninas, e aqueles que estão ausentes podem pensar que não vindo aqui apenas não terão o voto delas, mas estão perdendo o que temos de mais sagrado, que é a nossa honra. Não podemos apenas pensar em apoio e troca de votos. A nossa honra, a nossa palavra tem de valer nesta Casa. Quando hoje aqui chegamos, a pauta estava devidamente construída, e solicitou-se que ela fosse reduzida a apenas um projeto de lei. Nós aceitamos, mas, no momento de votar, não votaremos nenhum projeto. A história desta Casa não pode ser maculada por essa falta grave. Compromisso foi feito para ser honrado. Ainda há tempo para repensar a situação. O Cabo Júlio está dizendo que não concorda com a posição tomada por aqueles que compõem a sua base.

Faltam apenas três. Vou pegar meu telefone agora e ligar para mais deputados e tentar trazê-los para o Plenário. Vamos honrar os compromissos nesta Casa. Hoje temos de votar. Os covardes terão de vir, mostrar sua cara e dizer por que estão contra. Vamos brigar enquanto há tempo.

O deputado Sargento Rodrigues* - Antes de passar a palavra ao deputado Dalmo e ao deputado Lafayette, queria dizer uma coisa, deputado Duarte Bechir. Deputado Doutor Wilson Batista, o senhor viu agora de quem é o gesto de covardia? Viu quem está obstruindo? Viu quem não cumpre a palavra? O deputado Rogério Correia teve a desfaçatez de dizer que era eu que estava fazendo obstrução, deputado Fred Costa. V. Exa. veio até mim: “Deputado Sargento Rodrigues, vamos construir um acordo para votar o projeto?”. Falei: perfeitamente, vamos votar, sem problema, é só fazermos um substitutivo que atenda a elas. Não há problema com essa proposta delas. O Rogério Correia disse: “O único projeto que nós não votamos é o do deputado Sargento Rodrigues”. Mas disse ontem várias vezes: Rodrigues, se você quiser fazer um acordo, vamos votar agora; 32 projetos vão deixar de ser votados por sua causa. E olha o que encontramos agora. Caiu a máscara. Eles vieram aqui de forma sorradeira, enganosa. “Vamos fazer um acordo, então. Rodrigues, está feito o acordo: vamos tirar os outros três projetos, deixar só o do Tribunal de Justiça Militar e, quando for a hora, votamos o requerimento.” Quando ocupei a tribuna para encaminhar a votação até que se recompusesse o quórum, eles fizeram o contrário, deputado Dalmo. Eles tiraram o quórum, demonstrando com clareza a covardia. Não existe outra palavra, não há outro sinônimo nem outro adjetivo. É covardia o que o deputado Rogério Correia está fazendo nesta Casa não só com os deputados, não só faltando com a palavra para conosco, mas também com elas, que estão esperando aqui.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. V. Exa., como eu, sempre estive muito atento às maiores discussões nesta Casa. Estamos encerrando o quarto mandato, porque viemos juntos para esta Casa, e cumprimos todos os acordos que firmamos. Em nenhum momento deputado algum deixou de cumprir acordo celebrado. É uma liturgia da Casa, um compromisso pela honradez, pela dignidade. Palavra empenhada deve ser palavra cumprida. Causa-me surpresa e muito constrangimento ver o Parlamento encerrar esta legislatura desta forma: entristecida, constringedora, deixando ao povo mineiro este retrato desta Casa, que sempre foi exemplo para Minas, pelos nossos consultores, pelos nossos assessores. Não queria levar essa fotografia como lembrança. Queria levar a fotografia do encerramento das atividades com os nossos projetos aprovados, com as ações que foram debatidas ao longo do mandato concretizadas. Projetos que estavam na pauta, inclusive de V. Exa. e de outros parlamentares, relativos a doações de imóveis, foram absolutamente cortados. Muitos municípios estão aguardando a doação de imóveis para iniciar seus projetos. Isso está trazendo um prejuízo incalculável aos municípios e ao próprio Estado de Direito.

Quero, mais uma vez, dizer da minha tristeza por ver, de forma melancólica, os servidores aguardando aqui por uma semana, como se estivessem de pires na mão, como se estivessem pedindo uma atenção especial. E estamos acompanhando, mas a parte contrária, a oposição lá fora não está querendo restabelecer o compromisso firmado. É lamentável. Vamos fazer como V. Exa. falou: estaremos aqui até às 14 horas e, se não for possível, faremos a votação na segunda-feira, na terça-feira, porque esse acordo terá que ser cumprido. Agradeço o aparte, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço ao deputado Dalmo Ribeiro Silva. Agora vou conceder aparte ao deputado Alencar da Silveira Jr., para que ele também possa manifestar-se.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Eu não tenho que fazer gracinha para ninguém. Estou falando o que estão armando. Só o que me preocupa, senhores e senhoras, telespectadores da TV Assembleia, que criei há 20 anos, é mostrar a transparência.

O que está acontecendo aqui hoje vai acontecer nos próximos quatro anos - atenção, Minas Gerais, não tenho bola de cristal. Sabem a diferença entre nós, deputados que somos base de governo, e os outros que são oposição? É que nós, em qualquer situação, com as galerias cheias, contra ou a favor, votávamos; votávamos “sim” ou “não”. O meu rosto já saiu várias vezes nos cartazinhos, publicado como inimigo do povo. Então, mostramos a nossa cara. Não fazemos essa maldade de tratar uma coisa e fazer outra. Têm que vir ao Plenário.

O que está acabando com o homem público, no Brasil, são as atitudes. Todos temos que assumir os nossos atos. Tenho 26 anos de vida pública, e são 26 anos em que voto “sim” ou “não”. Por isso a minha votação cresce a cada eleição. Agradando ou não agradando, tenho a minha consciência e o meu voto. Acho que é uma perda dos funcionários que estão aqui lutando. Podemos não ter



os 39 votos, mas vamos mostrar a nossa cara e vamos votar. Fazíamos isso na câmara municipal, há 20 anos, e estamos fazendo aqui na Assembleia Legislativa. Para ser aplaudido ou vaiado, o homem público tem que mostrar a sua cara. E vou dizer para vocês que, se não fosse o projeto do deputado Sargento Rodrigues, se não fosse esta Mesa não aceitar o voto secreto, este Plenário estaria cheio e todos estariam votando. Mas agora, com o voto aberto, a cara de cada um vai aparecer - e nós próximos quatro anos vamos ver isso. Não há quórum, a Assembleia não anda. Para ter voto, tem que trabalhar, e, para ter credibilidade, tem que respeitar os acordos assumidos.

Faço um apelo para que votem, para que sejam homens e honrem as calças que usam. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* - Estou recebendo a informação de que a bancada do PT, liderada pelo deputado Rogério Correia, saiu pela porta dos fundos para não ter que votar. E olha que são eles os defensores de concurso. O deputado Rogério Correia disse que não votaria a PEC nº 69 porque ela iria efetivar pessoas sem concurso. Estão aí pessoas concursadas, e o PT não quer votar o projeto para beneficiar os trabalhadores concursados.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, quero parabenizá-lo pela sua fala lúcida e quero também lamentar, porque estamos aqui, hoje, porque o PT concordou em votar esse projeto. Fizemos reunião na Comissão de Fiscalização Financeira ontem à noite, e eles concordaram com o texto redigido pelo deputado Sebastião Costa, Sargento Rodrigues.

E viemos para cá, eles nos chamaram. E agora fazem esse papelão. Nunca me enganaram, mas agora a população está vendo quem é quem. Nunca nos furtamos a conversar. Às vezes nosso posicionamento era contrário ao de algumas categorias, mas fugir pela porta dos fundos? Ficar contra o servidor? Isso é lamentável. Deputado Sargento Rodrigues, quero apenas lamentar, pois o povo mineiro vai conhecer agora a verdadeira cara do PT. A máscara caiu.

O deputado Sargento Rodrigues* - Está caindo cada vez mais. Concedo aparte ao ilustre líder Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, primeiramente quero dizer que estamos solidários com V. Exa. e o parabenizamos por sua atitude, pelos inúmeros argumentos que tem expressado para todos nós. Somos favoráveis à votação desse projeto. Ao mesmo tempo, lamentamos a ausência dos deputados do PT, dos demais deputados da oposição e da futura situação.

Peço esse aparte para parabenizar a condução dos trabalhos feita pelo deputado Dinis Pinheiro, que apresentou uma pauta limpa, uma pauta enxuta, uma pauta tranquila e está aqui, pacientemente, presidindo os nossos trabalhos. O deputado Dinis Pinheiro, nosso presidente da Assembleia Legislativa, tem inúmeras atribuições como presidente, mas privilegiou a direção desses trabalhos e agiu certamente, pois precisa estar aqui, junto conosco, e está, pacientemente. Esteve durante a votação ou durante a tentativa de votação de inúmeros outros projetos, incluindo projetos de deputados, mas não foi possível sequer votar os projetos dos deputados, porque os deputados do PT e a maioria dos deputados do PMDB não concordaram. Muito bem. Agora temos em pauta somente o projeto de lei orçamentária e esse projeto de interesse do pessoal concursado na área da Justiça Militar, mas os deputados saem, não querem votar, fazem obstrução.

Mas houve um fato novo, deputado Sargento Rodrigues, esteve aqui agora, e não sei se já saiu, uma pessoa da comissão de transição do lado do Pimentel. Quem sabe se veio um recado novo por aí? É o que imagino, porque ontem estava tudo ajustado até as 10 horas da noite, mas, de repente, eles desaparecem. Não querem votar mais? Não sustentam a sua palavra? Por quê? No ano que vem, com certeza, eles vão fazer uma alegação.

Já estou acostumado com isso porque fui prefeito da cidade de Governador Valadares e, quando veio a administração do PT, logo após a nossa administração, a prefeita ficou dois anos sem fazer nada, colocando culpa em mim, que fui prefeito. Agora estamos enxergando, com toda visibilidade, que o governo Pimentel, que não vai fazer nada, vai colocar a culpa nos governos anteriores. E não é porque o governo anterior tenha culpa, mas porque essa é a mania, é o costume deles. A cultura do PT é colocar a culpa nas administrações anteriores. Essa é uma forma que eles têm de enganar a população. Todos viram as promessas permanentes do candidato Pimentel, eleito governador, de melhorar a situação do servidor de modo geral. Essa atitude de omissão, de ausência, de covardia está ajudando a posição de alguém? Está ajudando a posição dos servidores? Não, não está ajudando, está prejudicando. Então, o que eles vão fazer? Se nós, por acaso, não conseguirmos votar - mas acredito que vamos conseguir, Sargento Rodrigues -, virá o governo do PT, o governo do Pimentel para dizer que não vai admitir os concursados, porque isso vai aumentar a folha, e que o governo atual deixou muitas dívidas. A alegação vai ser essa. Sabemos disso. Como sempre, batem na mesma tecla para conseguirem resultado nas eleições. A fim de conseguirem ganhar as eleições, eles têm - conforme sempre disse o grande senador Aécio Neves - um projeto de poder, mas não um projeto de governo.

O deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço a V. Exa. Como eu disse ao líder Luiz Humberto Carneiro e aos demais líderes, Mourão, o que eles fizeram durante 32 dias foi o seguinte: toda hora falavam uma coisa e voltavam atrás.

O que está acontecendo aqui hoje é que está caindo a máscara, principalmente do deputado Rogério Correia, viu, Dr. Wilson? “Oh, deputado Sargento Rodrigues, não votei o projeto por sua causa.” Vejam agora o que ele acabou de fazer: enganou a todos, disse que retirariam os três projetos e votariam apenas o do tribunal, mas esperou a aprovação do requerimento e, depois, esvaziou o quórum.

O deputado Tenente Lúcio (em aparte)* - Gostaria, deputado Sargento Rodrigues, de parabenizá-lo por sua atitude e de cumprimentar todos os deputados e o presidente Dinis Pinheiro. Várias vezes, nesta Casa, pessoas induziram o grande público, a plateia a ficar contra a bancada governista. Aqui, já recebemos moedas, papelotes, xingamentos. Hoje estou vendo pessoas que participaram de um concurso público com 5 mil concorrentes e que assumirão cerca de 20 cargos, com salários baixos, mas não estou conseguindo ouvir nenhuma frase de insulto, apenas o seguinte: “Deputados, pelo amor de Deus, deixem-nos ter um Natal feliz”.

Esse será o último projeto que votarei nesta Casa, pois, no ano que vem, não estarei mais aqui, estarei em Brasília como deputado federal e faço aqui um apelo - não falarei mal do partido “a”, “b” ou “c” - para que Deus toque no coração de vocês, seja petista, seja peemedebista, seja de qualquer partido da Casa, e venham uma ou duas pessoas para cá a fim de nos ajudar a definir. Tenho certeza de que Deus não abandonará vocês, e os deputados aqui presentes e outros que haverão de vir aprovarão o projeto que dará a vocês realmente um Natal feliz. Parabéns. Que Deus os abençoe!



O deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço ao deputado Tenente Lúcio, parabeno-o e lhe desejo felicidades lá na Câmara dos Deputados. Parece-me que só falta um deputado para compor o quórum de 39. O deputado Hélio Gomes se faz presente e também o deputado Mário Henrique Caixa.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Quero dizer que tenho seis anos de parlamento, deputado Sargento Rodrigues: dois como vereador de Belo Horizonte e quatro nesta Casa, e vi hoje ser escrita a mais vergonhosa página da história dos meus seis anos de parlamento, presidente Dinis Pinheiro. Chegamos aqui às 9 horas da manhã, e, primeiro, a bancada do PT não queria ajudar a abrir a sessão. Quando abrimos, fui chamado pelo deputado Rogério Correia e pelo deputado André Quintão, homem que respeito muito e que considero um dos melhores deputados desta Casa e do PT, e eles nos propuseram um acordo, a mim e ao deputado Fred Costa: "Se retirarem os outros projetos, votaremos esse". Agora, vemos o PT saindo pela porta dos fundos. Esse é o novo PT? Um PT que precisa se esconder.

O deputado Sargento Rodrigues* - Esse é o PT de sempre, apenas está se revelando agora, deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Perfeita avaliação. Estão saindo pela porta dos fundos, escondidos, como se não bastassem aqueles petistas que vimos saindo de alguns lugares de camburão.

O deputado Sargento Rodrigues* - Da Papuda. É preciso falar.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Estamos vendo pessoas saindo pela porta dos fundos para não cumprirem o acordo. Disse à assessoria do PT, já que os deputados do PT fugiram, que faltam poucas horas para acabar este mandato e que estão abrindo, nas horas finais, um precedente histórico muito ruim de não cumprirem acordo. Não nos peçam para cumprir acordo no ano que vem se não estão cumprindo neste ano; se eles não cumprem acordo neste ano, não queiram que venhamos a cumprir no ano que vem.

Deputado André Quintão, o senhor tem o meu respeito e admiração; o senhor chamou a mim e ao deputado Fred Costa para um acordo, cumpra esse acordo. Deputado Rogério Correia, não fure o acordo que foi feito por V. Exa., cumpra esse acordo e a sua palavra.

O que está acontecendo aqui é vergonhoso, deputado Sargento Rodrigues. O PT descumpre um acordo a que ele mesmo se propôs. E não se assustem se, na hora em que houver 39 deputados, aparecer a turma do PT aqui para votar. Não tem um petista aqui, não tem um deputado do PT aqui. Não se assustem quando tivermos 39 deputados e aparecer toda a turma do PT para votar.

O deputado Sargento Rodrigues* - Quero informar ao deputado João Vítor Xavier e aos demais colegas deputados que já estão vindo mais dois deputados, por isso peço que permaneçam em Plenário. Em vez de termos 39, vamos chegar a 40. Permaneçam em Plenário porque estão vindo mais dois deputados.

Como disse o deputado João Vítor Xavier, este momento vai entrar para a história, mas vai entrar, deputado, como uma página negra do Partido dos Trabalhadores. Vi o deputado Rogério Correia espumando de raiva ao dizer que não votava a PEC nº 69 porque efetivava servidores que não haviam prestado concurso. Mas, na hora de votar o projeto de pessoas que prestaram concurso público, não têm honradez. Esse é o Partido dos Trabalhadores. E pergunto: que trabalhador eles defendem? A não ser que sejam aqueles trabalhadores que estavam presos na Papuda e que saíram algemados. E ainda vêm aqui falar que é golpe, como vejo o deputado Rogério Correia fazer.

O que é golpe? Isso aqui é golpe de imoralidade; é algo que não pode acontecer no Parlamento. O deputado Rogério Correia chegou para este deputado e para vários outros e disse o seguinte: "Nós vamos votar. Nós vamos fazer o acordo. É só tirar o projeto do Tribunal de Contas". E onde está o deputado Rogério Correia? Chegou a dizer da tribuna ontem que o deputado Sargento Rodrigues era egocêntrico, que era o centro do universo. Nada melhor que um dia após o outro para a máscara cair. E caiu muito antes do que imaginávamos. Imaginamos, presidente, que a máscara iria cair o ano que vem, mas caiu agora, antes do término deste.

Então quero dizer aqui que o deputado Elismar Prado chegou ao plenário. Quem sabe o deputado Elismar Prado pode votar o projeto conosco?

O presidente - Com a palavra, para discutir, o deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir - Senhoras e senhores, venho à tribuna nesta manhã demonstrar, acima de tudo, deputado Sebastião Costa, a minha indignação. V. Exa. ontem fez uma despedida do Parlamento, sendo aqui elogiado pela conduta uniforme, retilínea de todos aqueles que tiveram a oportunidade de conviver com V. Exa. V. Exa., ao findar este ciclo de mandatos, não deixa a esta Casa nenhum mal exemplo, porque esta Casa é a casa do diálogo e do acordo feito nesta Casa, Sebastião Costa, então tem e deve ser cumprido.

Sebastião Costa, está a pauta realizada, elaborada, divulgada para esta manhã. Constam nela, Sebastião Costa, quatro projetos de lei que seriam apreciados nesta manhã: o primeiro é o 5.499, do Tribunal de Contas; o segundo é o 5.496, do governador do Estado, o orçamento; o terceiro, o 5.497, também é do governador do Estado, das comissões do PPAG; e o quarto, do Tribunal de Justiça, tão aguardado por essas meninas e por servidores que estão esperando a sua oportunidade.

Ontem à noite, presidente deputado Dinis Pinheiro, saímos às 22h30min da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que estavam reunidos os deputados Wander Borges, Lafayette de Andrada, Gustavo Corrêa e Zé Maia. Todos esses deputados estiveram presentes até 22h30min, para cumprir o desejo de atender esses trabalhadores e trabalhadoras. Aliás, o nome trabalhador não faz parte do nome do meu partido, mas o defendemos com muito orgulho. Assim, o nosso objetivo, na manhã de hoje, é fazer constar na pauta o projeto deles.

Hoje pela manhã, logo que chegamos por volta de 8h30min, buscamos um acordo com o PT e com o PMDB, para que pudéssemos votar os projetos estabelecidos na pauta. Deputado Marques Abreu, logo que os deputados do PT e do PMDB chegaram, eles disseram não concordar com a mencionada pauta. Então os deputados Lafayette de Andrada, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares perguntaram aos deputados do PT e do PMDB o que gostariam de votar. Dissemos que eles poderiam retirar todos os projetos da pauta, inclusive o do Tribunal de Contas, mas que gostaríamos de deixar na pauta o projeto dessas meninas, dessas trabalhadoras que estão aqui chorando. Acordo é acordo.



Em seguida, o deputado Fred Costa foi o ator do requerimento, buscou todas as lideranças nesta Casa para assinar e construir um acordo a ser votado na manhã de hoje. Com papel na mão e assinaturas apostas, um homem não pode voltar atrás. E agora viemos ao Plenário votar. Na verdade, fizeram um levantamento, contaram os nossos deputados e chegaram à conclusão de que deveriam ir embora, esvaziar o Plenário, porque assim não haveria condição de votar. Entretanto, trabalhadoras, a notícia é boa. Alguns dos deputados que hoje fazem parte da oposição e que serão do governo amanhã estão querendo votar conosco e mantendo o seu orgulho e a sua honra. Eles votarão conosco. Tenho certeza de que no máximo em 15, 20 minutos, esta Casa vai resgatar um compromisso que homens fizeram e que alguns deles não estão querendo cumprir.

No ano que vem, esta Casa estará de portas abertas para os mineiros e será palco de mais debates de discórdia. O que não podemos é deixar de lembrar o dia de hoje ao longo dos próximos quatro anos porque o acordo foi feito. Não estou aqui para ser feito de bobo, assim como essas meninas e as famílias delas. Por outro lado, se o acordo não tivesse sido feito, não estaria aqui, neste momento, para cobrá-lo. Mas houve a nossa proposta de retirar da pauta três dos quatro projetos e contemplar apenas o das trabalhadoras. Isso é o mínimo.

Deputado Elismar Prado, deputada Liza Prado e deputado federal Weliton Prado, quero render a V. Exas., neste momento, minhas mais sinceras homenagens. Aliás, deputado Weliton Prado, V. Exa. é sempre muito aguerrido nesta tribuna. V. Exa. também sabe que sempre honramos os compromissos assumidos com V. Exa. Aliás, nesta manhã, vejo V. Exa. ocupar um desses lugares, com muito orgulho, em prol dos mineiros. V. Exa. foi um dos deputados mais votados e está entendendo o jogo. Toda a família Prado está conosco para votar o PL que dá a essas meninas o direito ao trabalho.

O deputado Cabo Júlio também defende, neste momento, a sua permanência em Plenário. Ele vai honrar o compromisso dos seus companheiros e votar conosco. Também estão se dirigindo a esta Casa os deputados Pinduca Ferreira, Célio Moreira e Vanderlei Miranda, assim teremos número para honrarmos o nosso compromisso e o nosso acordo. Nunca poderão dizer que papel assinado não vale nada nesta Casa. Papel assinado e compromisso têm de valer. Quatro anos estão por vir, e não podemos, no último instante deste momento, deixar de cumprir algo por nós estabelecido.

O deputado Wander Borges (em aparte) - Quero, deputado Duarte Bechir, fazer coro com V. Exa. Ao mesmo tempo, faço uma pergunta: será, deputado Fred Costa e deputado Duarte Bechir, que isso que fizemos aqui, de ontem para hoje e principalmente agora na parte da manhã, é papel realmente de parlamentar? Será que o que fizemos é sério e correto? Chego ao ponto de dizer: será que esse ato que fizemos hoje de manhã é lícito? Será que é isso que quer a sociedade que nos assiste pela TV Assembleia, criada pelo deputado Alencar da Silveira Jr.? Que imaginação! O que passa pelas cabeças das pessoas que nos assistem? Estamos falando de uma questão extremamente simplória. Estamos falando de uma coisa pequena, e o que se vê realmente... Não sei. Farei agora, no dia 31 de dezembro, 20 anos de vida pública, 20 anos de mandato eletivo, e essa é a primeira vez na minha história que vejo o que aconteceu aqui na parte da manhã. Há divergências? Sempre houve. As divergências fazem parte do processo democrático: "Não concordo com isso. Não concordo com aquilo". Contudo precisamos superar algumas questões. Precisamos realmente pensar diferente, pensar grande.

Não temos apenas a questão de as moças estarem aqui por 24 horas acompanhando e aprendendo o que é o Parlamento. Não é apenas isso. Essa questão é relevante, mas muito mais que isso é cumprir a nossa obrigação constitucional. Seremos hoje aqueles que lograram êxito nas eleições. Seremos diplomados hoje às 17 horas e, no dia 1º de fevereiro, estaremos tomando posse novamente para o novo mandato. Não é esse caso específico, são diversos casos que acontecerão pelo Brasil afora. As pessoas precisam usar a seriedade, a responsabilidade e o respeito pela coisa pública. Então quero, deputado Duarte Bechir, ficar aqui para tentar votar e espero que consigamos isso. Estamos fazendo a nossa parte.

Hoje, às 10 horas da manhã, foi o enterro do pai da minha chefe de gabinete. É comum estarmos presentes para prestar solidariedade, dar um abraço e pedir a generosidade de Deus para acolher a pessoa. Ficamos até às 2h30min da madrugada lá ontem e hoje cedo estamos aqui. Por quê? Porque tínhamos um entendimento e um acordo. Para quê? Para tentar desobstruir e votar mais alguma coisa neste final de ano. Espero que outros deputados cheguem ao Plenário, marquem sua presença e realmente possamos votar esse projeto, que, na minha avaliação, é muito pequeno em relação ao Estado de Minas Gerais. O que está por vir não é um governo de quatro anos. Nós somos passageiros. No Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais estão os retratos de todos os presidentes desta Casa. Quantos já partiram desta para outra? Aqui é uma passagem. Então precisamos, quando passarmos por aqui, construir histórias de retidão, compromisso, seriedade e respeito pela causa pública e, sobretudo, pelas pessoas que representamos.

Gostaria de deixar um abraço carinhoso a V. Exa., deputado Duarte Bechir, que é o nosso vice-líder tão aguerrido, que luta pelas causas de Minas. Vamos juntos tentar nos reorganizar nessas horas finais que antecedem à diplomação e sobretudo em um momento de reflexão do povo cristão, que é o Natal. Quem sabe poderemos deixar que esse pessoal vá para casa com o sentimento harmônico e com mais alegria, para que possam dizer que valeu a pena? Obrigado.

O deputado Duarte Bechir - Deputado Wander Borges, gostaria de relembrar uma passagem. Ontem o deputado Wander Borges recebeu a notícia do falecimento do pai da sua chefe de gabinete. As meninas lhe pediram: "Deputado, em vez de ir ao velório amanhã, vá hoje de madrugada, para que possa vir cumprir o compromisso conosco". Essas meninas pediram ao deputado Wander Borges que não participasse do velório hoje para vir fazer essa votação. E ele está aqui hoje. O deputado Wander Borges merece o meu reconhecimento pela sua atuação impecável. Ele é uma pessoa de compromisso. Enquanto fazem o sepultamento do pai da sua chefe de gabinete, ele está aqui cumprindo a sua obrigação. Ele não se escondeu. Apesar de ter motivo para estar fora, ele está aqui cumprindo a sua obrigação. Deputado Wander Borges, é merecido destacar esse reconhecimento a V. Exa.

Gostaria de passar a vocês uma mensagem muito especial. Noto que o desejo de vocês, mesmo com a nossa presença, está caminhando para não ser consumado. Se eu terminar a minha fala agora, alguns dos membros da oposição, que serão da base amanhã, ocuparão este lugar e falarão por 1 hora ou por quanto tempo for necessário, até que o cansaço fale mais alto, essa reunião seja encerrada e as senhoras possam ir para as suas casas. Temos de cumprir o compromisso com a diplomação às 17 horas, e estará



sepultada a entrada das senhoras no Tribunal de Justiça Militar. O emprego das senhoras corre risco. A vaga tão esperada não será preenchida. Enquanto alguns esperam que as bênçãos recaiam sobre os seus lares, aqui há aqueles que destruirão a esperança e a felicidade estampada no olhar e no choro de cada uma das senhores. Viemos honrar um compromisso. Estamos aqui para que esse compromisso possa ser assumido e cumprido. Tão logo eu desça da tribuna e peça ao presidente que inicie a votação, esta tribuna será ocupada sucessivamente por quantos forem necessários, com 1 hora para que cada um se manifeste, até que o cansaço, o desânimo e nossos compromissos nos tirem daqui, para que possam sepultar o desejo e a felicidade de vocês de terem o emprego no ano que vem.

É triste ver que tudo isso está sendo patrocinado por um partido e um grupo que carrega a palavra trabalhador como essência da sua batalha e luta. É triste notar que estão nesta Casa com a expectativa de conseguirem o seu trabalho, que será cortado justamente por aqueles que dizem defendê-los.

Concedo aparte ao deputado João Leite, para que nos brinde com a sua fala sempre atuante e marcante.

O deputado João Leite (em aparte) - Deputado Duarte Bechir, quero lamentar nesse quase final de legislatura. Na verdade, estou no meu quinto mandato e, pela primeira vez, vejo isso acontecer na Assembleia Legislativa. Durante o tempo em que permaneci nesta Casa, encerramos todas as legislaturas. Agora isso não acontecerá.

Primeiro, o PT dizia que o presidente deputado Dinis Pinheiro tinha construído uma pauta-bomba contra o próximo governo. Falácia! Disseram que no projeto de redução do ICMS do etanol estava escondida uma armadilha contra o PT e contra o próximo governo. Não havia armadilha alguma, votaram a redução do ICMS do etanol. O problema era aquele. Depois, o problema era a PEC nº 69. E V. Exa. é um dos autores da PEC nº 69, que dá oportunidade para que as cantineiras e os auxiliares de serviço das escolas espalhadas pelo Estado de Minas Gerais tenham apenas um direito, que tentamos conceder a eles: o direito à aposentadoria. Não pode votar porque tem que ser por concurso público. “Só por concurso público é que votamos qualquer coisa na Assembleia Legislativa.” Aí, vem o Projeto de Lei nº 3.507, que trata das concursadas, mas o PT também não quer. Isso é um escândalo.

Quero lembrar o meu mestre Jesus, que disse que os escândalos têm de vir. Por que os escândalos têm de vir? Para conhecermos quem é quem. Deputado João Vítor Xavier, que conhece a Bíblia e está citando o restante da palavra de Jesus, aí daqueles por meio de quem eles vêm. Os escândalos vêm contra vocês, contra os mais fracos, contra aqueles que não têm voz, que não podem falar. Agora, vemos essa dissimulação. Hoje, um deputado que nem vem à Assembleia Legislativa gritou aqui, fazendo críticas ao governo que está encerrando, críticas à Assembleia Legislativa. Ele não tem autoridade, pois não vem à Assembleia Legislativa. Neste momento está ausente. Veio aqui dando lição para todo o mundo. Ele não comparece aqui, portanto, não tem autoridade para dizer coisa nenhuma.

Portanto, deputado Duarte Bechir, neste momento qual é a desculpa do PT? Elas são concursadas. As outras não são concursadas, não podem. É interessante o PT. Eles cresceram no Brasil dizendo: “Você não pode colocar o seu filho na política”. Todos os filhos dos petistas estão na política. Segundo eles, o coletivo decidiu. Você não pode colocar o seu filho na política, isso é coronelismo, oligarquia, agora, eles não, o coletivo que decidiu. Isso é dissimulação, mentira para as pessoas. Mas como bem disse o deputado Lafayette de Andrada, a máscara está caindo. Seremos muito contundentes, muito duros, porque queremos que o PT cumpra a sua responsabilidade com essas jovens, com esses jovens que estão aqui. São a favor de concurso público? Também sou. O concurso está pronto, então, votem. É dessa maneira.

Então, deputado Duarte Bechir, vamos marcar alguma coisa nessa pauta. O PT aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que orienta o orçamento, e agora é contra o orçamento do Estado. É uma mentira. Então, por que aprovaram a LDO e agora são contra o orçamento da lei, ilustre deputado Bonifácio Mourão? Eles aprovaram a LDO e agora são contra a lei orçamentária? Isso não cabe no parlamento, mas tem de acontecer, gente. Vocês têm de conhecer o PT, vocês têm de saber o que ele é. Imaginem que há aqui na Assembleia um ajuste de 4,6%. Vi aqui vários líderes dos servidores públicos.

Eles não aceitam votar um ajuste para os servidores. Vocês têm de conhecer o PT. Nós o conhecemos, mas vocês não o conheciam, estão sendo apresentados à face real desse partido que se chama PT, mas não representa os trabalhadores. Estão por aí brigando para serem diretores da Petrobras, da Cemig. Vocês devem preparar-se porque vem aí o “cemigão”, depois vem o “copasão” e depois o “codemigão”, mas estaremos aqui, deputado João Vítor Xavier, resistindo e apoiando a população. Obrigado, deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir - Obrigado, nobre deputado João Leite. Antes de conceder-lhe aparte, deputado João Vítor Xavier, quero fazer alguns comentários. Às vezes ligamos para o deputado João Leite em finais de semana. Ele, em vez de estar visitando bases, está pregando. Sabemos de sua ligação com a igreja, de sua fé inabalável. Deputado João Leite, está se aproximando o Natal, dia do nascimento de Cristo. Essas meninas vão sair daqui hoje com a maior das decepções que poderiam estar no coração de um ser humano. Para muitos o dia 25 de dezembro é festa. Para muitos o dia 1º de janeiro significa fogos, mas que ano essas meninas terão? Chegaram tão perto do seu trabalho, do seu emprego, mas agora estão vendo a situação esvaziar-se em decorrência de um acordo não cumprido. Concedo, com muito prazer, aparte ao deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Obrigado, caro amigo Duarte Bechir. Deputado Durval Ângelo, apelo a V. Exa., como líder do governo que vai tomar posse. Quero dizer a vocês que estão nas galerias que não costumo ver em parlamentos nem acordo verbal ser descumprido - nem acordo verbal costuma ser descumprido -, mas estamos vendo ser descumprido um acordo assinado. Está aqui a assinatura do deputado Rogério Correia, está escrito aqui “Acordo de Líderes”. Já assisti algumas poucas vezes à lamentável cena de a palavra de um homem não ser cumprida, mas um homem não cumpre nem o que escreve? Será que vamos ver isso a partir de agora nesta Casa?

Deputado Dinis Pinheiro, outro dia o senador Magno Malta disse que o senador Aécio Neves teve um livramento. Estou achando que V. Exa. teve um livramento, caro Dinis Pinheiro, porque estamos entrando num momento tenebroso da história da vida pública de Minas, um momento em que um deputado assina um papel, mas esse papel assinado de nada vale. Está ali assinado pelo deputado Rogério Correia. Deputado Durval Ângelo, eu e o deputado Fred Costa fomos chamados pelo deputado Rogério Correia, às 9h20min. A condição dos deputados André Quintão e Rogério Correia é que fossem retirados de pauta os outros projetos, para que esse fosse votado. Cumprimos o acordo. Será que vamos abrir um precedente para a nova gestão de que acordo não deve ser cumprido?



O deputado Durval Ângelo é o presidente da Comissão de Direitos Humanos. A questão de vocês está virando caso de direitos humanos. Pedimos que os direitos humanos de vocês sejam respeitados. O deputado Sávio Souza Cruz, a quem tanto prezo e respeito, assinou o Acordo de Líderes. Está ali assinado. Nem a palavra assinada vale mais nesta Casa, presidente? O povo começa a ter mais razão ainda quando coloca o Legislativo como o Poder mais desacreditado. Nem mesmo o que está assinado é cumprido nesta Casa.

Deputado Gustavo Corrêa, nos meus seis anos de vida pública em parlamentos foram poucas as vezes em que vi a palavra ser descumprida. A palavra é a base da moralidade de qualquer homem, de qualquer ser humano, deputado Duarte Bechir. Imaginem um papel assinado pelo PT e pelo PMDB. Hoje estamos vendo alguns colegas do PMDB e do PRB constrangidos com o que está acontecendo. Gostariam de estar aqui votando, mas estão sendo coagidos pela bancada do PT. Olhem o que enfrentaremos no ano que vem, eles nem tomaram posse, mas estão coagindo deputados. Estão tratorando. Não é assim que se constrói algo. Quando um deputado não tem a capacidade de manter a sua palavra honrada, não tem mais o direito de permanecer nesta Casa.

O que estamos vendo aqui é pior do que a palavra desonrada. O que está escrito no papel, o preto no branco, não vale mais nada. Um deputado coloca sua assinatura num Acordo de Líderes, e não o honra? O que é isso? É o fim dos tempos. Esta Casa não merecia um final de ano tão tenebroso. Pior do que final de ano tenebroso é o que teremos pela frente. Eu esperava uma postura mais republicana, estava pronto para fazer uma oposição tolerante, responsável e com diálogo. Como dialogaremos desse jeito, deputado Luiz Humberto? Como iremos dialogar com quem não cumpre o que assinou, deputado Fred Costa? V. Exa. estava aqui, onde estou neste momento, como também o deputado André Quintão e o deputado Rogério Correia. Agora, vejo a assessoria, lá dentro, tentando justificar o injustificável para parte da bancada do PMDB e do PRB, pois há deputados desses partidos que não estão concordando com o que está acontecendo e lá estão tentando justificar o injustificável.

Deputado Cabo Júlio, daqui a muito pouco tempo V. Exa. perceberá o que acontece. Há pouco, o senhor me apresentou o que seria um dos problemas e V. Exa. verá que será resolvido, e o projeto não será votado. Será resolvido, e o projeto não será votado, repito. V. Exa. o votará, mas a bancada do PT não vai votar, porque, para cada coisa que se resolve, eles criam outra. Eles não querem votar. Como diria no futebol, para o PT a bola furou aos 40 minutos do segundo tempo, e o jogo tem que acabar. É isso que eles estão fazendo.

O deputado Duarte Bechir - Antes de passar a palavra ao deputado Fred Costa, faço uma ressalva muito importante, deputado João Vítor, na fala de V. Exa., para não perder esse equilíbrio que o deputado teve, essa lucidez. Qualquer linha, qualquer vírgula que encontrarem na leitura que estão fazendo ali já será um motivo para não votar. Então, deputado João Vítor Xavier, o projeto chegou a esta Casa hoje pela manhã como está na mão do deputado Durval Ângelo e permanece dessa forma. O que está nas mãos do deputado Durval Ângelo segue o que foi acordado. Agora, compulsando o projeto de lei, vão buscar alguma linha, alguma questão para não deixar que essas meninas tomem posse em seus trabalhos no ano que vem. Isso já está escrito: seja qual for o nosso argumento, algum mal será encontrado para não deixar que elas tomem posse. Concordo com V. Exa.: já está definido. Para contribuir para este debate, concedo aparte ao deputado Fred Costa.

O deputado Fred Costa (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, demais pares presentes e pessoas que nos prestigiam das galerias, faço uso da palavra pela primeira vez neste dia para externar minha total insatisfação por vivenciar e presenciar este momento vergonhoso para o Parlamento mineiro, mas ainda estou convicto de que podemos aprovar esse projeto em um processo que poderíamos definir como epopeia, pois ele se iniciou da seguinte forma: foi protocolado nesta Casa há dois anos. Entendo que, desde o início da sua tramitação, quando começou a ser analisado nas comissões, entre elas a de Constituição e Justiça e, após, nas de mérito, já havia um entendimento inicial. Posteriormente, de forma legítima, um deputado - o deputado Sargento Rodrigues - se opôs ao projeto, mas, de forma digna, teve a coragem de mostrar a sua cara e dizer que era contra. Então, por meio de um acordo, conseguimos apresentar um substitutivo, que ele entendeu ser razoável e, com vontade de colaborar, observando o interesse coletivo, passou a ser partícipe da aprovação desse projeto.

Havia então um outro obstáculo: fazer com que a atual oposição e futuro governo concordasse. Lembrando-se de que anteriormente, e até o deputado Sargento Rodrigues concordar, a bancada liderada pelo PT e composta também pelo PMDB, PRB e PCdoB alegava que ele não estava sendo votado, imputando toda a culpa, de forma covarde, no deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Duarte Bechir - Muito bem, muito bem lembrado.

O deputado Fred Costa (em aparte)* - A partir do momento em que ele concordou, alguns ou quase a maioria dos membros começaram a manifestar favoravelmente ao projeto. Em determinado momento, não havendo mais argumentos, inventaram que havia muitos cargos. O que fiz? Apresentei três substitutivos e perguntei a eles que substitutivo queriam. Concordaram. Ontem vieram com a alegação de que seria um ato com vício de iniciativa inconstitucional. Fizemos então uso da douta assessoria desta Casa. Segundo seu parecer, caso fosse aprovado neste Plenário, iria à sanção do governador Alberto Pinto Coelho. Como ainda dispomos de mais de 15 dias úteis, ele não o sancionaria, ficando para o próximo governador, Fernando Pimentel, fazê-lo. Dessa forma, o ato não seria ilegal em hipótese alguma. Vencemos mais essa etapa.

Ontem votamos em 1º turno. Vários parlamentares ficaram nesta Casa até as 22h30min para votar nas comissões. Como nós, parlamentares, estamos nos sentindo? Bobos, feitos de otários por parte dos outros deputados. Se nos sentimos assim, imaginem essas meninas, que estão aqui há dois anos sendo enroladas, ludibriadas, vendo passar tudo, menos elas.

Para finalizar, quando entendíamos que iríamos votar - praticamente todos os parlamentares que constituem a atual bancada de oposição deram a elas a palavra de que iriam votar -, eles nos chamaram e disseram que o único problema seriam os demais projetos. Mais uma vez, de boa-fé, acreditamos que acordo valia nesta Casa. Mas, dessa vez, o acordo foi muito mais que verbal, foi escrito. As assinaturas não me deixam mentir. Ele foi assinado por todos os líderes. O deputado Rogério Correia também o assinou; apesar de não ser líder, fez questão de assinar.

E com o que nos deparamos neste momento? Infelizmente, com isso que estamos vendo. Eles fazendo obstrução. É um momento lamentável. No último esforço, quero pedir a eles que estejam presentes e honrem a palavra. Mas, já que estão reclamando neste momento de que há dois artigos que não satisfazem integralmente, pois aumentariam o número de cargos, o deputado Lafayette de



Andrada, autor do parecer, colocou-se à disposição para fazer o destaque, para derrubarmos esses dois artigos. Que outro problema há então? Vencemos todos, o problema é que eles não querem votar.

Numa atitude de justiça, muitos desses parlamentares querem votar, mas estão se sentindo acuados; outros não querem. Quase todos deram a palavra. Mas temos de ser justos, o deputado Durval Ângelo também está tendo coragem. Os atuais líderes, todos eles apalavraram, até quase todos os vice-líderes. Ele ainda não deu a sua palavra favoravelmente, em momento algum, muito antes pelo contrário.

Sou verdadeiro e justo. Ainda não tive a palavra dele, que será o futuro líder do governo. O que tive - e todos aqui são testemunhas - e que nós tivemos foi a palavra dos atuais líderes. Espero que Deus ilumine a cabeça desses parlamentares. E, para aqueles que estão se sentindo acuados, esta é a hora verdadeira. Tanto se fala em independência do Parlamento, então vamos mostrar a independência do Parlamento na prática; vamos vir aqui, votar e fazer justiça. Tenho a certeza de que todos aqui têm coração e razão, sendo assim têm de votar a favor do PL.

O deputado Duarte Bechir - Muito bem. Deputado Fred Costa, quero comentar as palavras de V. Exa., para não perder o raciocínio do que foi dito. V. Exa. traz ao conhecimento de todos que o deputado Lafayette de Andrada está disposto a fazer destaque nas emendas e elas podem, então, ser conhecidas e rejeitadas e não serão motivo de discórdia para a aprovação.

Quero ressaltar, deputado Fred Costa, que este ano, o presidente Dinis Pinheiro nos deixa um exemplo e todos devemos seguir nos momentos em que tivermos a sabedoria de pensar naquilo que fizemos ou deixamos de fazer. Na segunda-feira, o presidente Dinis Pinheiro convidou todos os órgãos - Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública - e os reuniu nesta Casa, para dar-lhes satisfação do que estava acontecendo aqui e daquilo que deveria acontecer em detrimento a um futuro prejuízo dos Poderes constituídos. O presidente Dinis Pinheiro deu uma aula de democracia, de sabedoria, de humildade. Na aula que nos deu e perante todos os órgãos constituídos em Minas Gerais, iniciou a reunião com suas palavras serenas, com o seu conhecimento: "Vamos nos despir dos nossos partidos e elevar a nossa responsabilidade aos nossos mandatos e às nossas obrigações". Deu-se início à reunião, e todos os órgãos estavam devidamente cercados daquilo que estava para ser votado, à exceção do Tribunal de Contas, que ficou com uma pendência que poderá, no ano que vem, ser suscitada e votada.

Mas assim como fez o presidente Dinis Pinheiro, nós, os demais parlamentares da Casa e a oposição que será a base de governo, devemos fazer esse exercício de democracia e ver aquilo que nos falta fazer. Devemos olhar para esses rostos, para essas pessoas que estão aqui, sentir a responsabilidade, ou mesmo, em alguns, a falta de responsabilidade.

Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, acho que as pessoas que estão nos assistindo neste momento pela TV Assembleia devem conhecer o teor do Acordo de Líderes na sua integralidade.

"Acordo de líderes. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, os deputados que este subscrevem, representando a totalidade dos membros do Colégio de Líderes,"... Farei a leitura novamente, até porque o deputado Rogério Correia assinou este acordo. "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, os deputados que este subscrevem, representando a totalidade dos membros do Colégio de Líderes, acordam sejam retirados da pauta desta reunião todos os projetos, exceto o Projeto de Lei nº 3.507/2012. Sala das Reuniões, 19/12/2014". E é assinado pelo deputado Lafayette de Andrada, líder do BTR; pelo deputado Inácio Franco, Líder do BAM, - assinou por ele o vice-líder, deputado Carlos Pimenta; pelo deputado Ulysses Gomes, líder do Bloco Minas sem Censura; pelo deputado Rogério Correia; pelo deputado Gustavo Valadares, líder da Maioria; e pelo deputado Sávio Souza Cruz, líder da Minoria.

Esse era o acordo: o Rogério disse-me que retiráramos os demais projetos e votaríamos apenas o do Tribunal de Justiça. Essa foi a fala do deputado Rogério Correia para este deputado e para os deputados João Vítor Xavier e Fred Costa. Resultado: esperaram o presidente colocar o projeto em votação e, tão logo isso ocorreu, esvaziaram o quórum. Eu disse ao deputado Gustavo Valadares que faríamos a discussão até conseguir a recomposição de quórum.

Mas vocês prestem bem atenção: há deputados da oposição inscritos para discutir, e vejam bem se eles querem apenas obstruir e nada votar. O deputado Duarte Bechir ocupa a tribuna na tentativa de aguardar a recomposição do quórum; essa é a estratégia de que nos utilizamos. Mas é lamentável que deputados assinem documentos e simplesmente saiam pela porta da direita. O substitutivo elaborado pelo deputado Fred Costa, com a minha concordância, refere-se a 57 cargos: 10 mais 30 mais 17 cargos, num total de 57. E o dinheiro não será retirado do caixa do governo, mas, sim, do caixa do tribunal, uma vez que constará de sua dotação orçamentária. Portanto, não venham com a conversa de que vamos retirar esse inciso, esse parágrafo, essa alínea. O montante será retirado da dotação orçamentária do Tribunal de Justiça Militar. Portanto, o que precisava ser enxugado nesse projeto já o foi no substitutivo do deputado Fred Costa. Mas assinar um acordo, fazer os deputados de palhaços, fazer vocês esperarem para depois falar que não se vai votar? Isso é molecagem, é covardia, é tudo aquilo que não se pode aceitar que seja feito por deputados. É um comportamento que não condiz com o exercício da nossa função. Não se pode fazer um acordo e não cumpri-lo. Tentarão discutir o projeto até o quórum cair novamente e depois não o votarão. Digo isso porque existe um acordo. O deputado Rogério Correia me disse e a outros deputados que faria um acordo, que não foi verbal pois o deputado o assinou. E o assinou para votar, não para obstruir. Obrigada.

O deputado Duarte Bechir* - Finalizo a minha fala fazendo algumas ressalvas que julgo oportunas. Deputado Célio Moreira, V. Exa., assim como outros parlamentares, disputaram as eleições e não obtiveram sucesso, mas estão aqui honrando o seu compromisso que ainda não terminou. Deputado Mosconi, acordo e assinatura valeram até o dia de hoje nesta Casa. Após a minha fala, haverá justificativa...

O deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - A palavra valia e era suficiente para sustentar um acordo.

O deputado Duarte Bechir - Acordo e assinatura sempre foram respeitados nesta Casa. O Plenário não conta com nenhum de seus membros, na Mesa há alguns deputados do PT e do PMDB.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Vamos aproveitar o quórum e colocar as matérias em votação, contando com os cinco deputados. Ai resolveremos o problema.



O deputado Duarte Bechir - O acordo foi assinado e não vai ser cumprido, e é por isso que noto a ausência dos parlamentares que seriam, em tese, os representantes do acordo. Quem assinou o fez ao vento. Virão as justificativas de mudança, mas vamos discutir a palavra, a assinatura, o termo de compromisso assumido. Estamos dispostos a fazer as modificações que julgarem necessárias para que votemos. Mas, primeiro, justifiquem o acordo, a ausência, a covardia, o fato de não estarem conosco, porque até agora não vejo aqui a grande bancada.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Deputado presidente, acho que V. Exa. poderia encerrar, neste exato momento, a discussão e já entrar na votação. Vamos ter mais cinco votos. Vamos encerrar a discussão e passar à votação.

O deputado Duarte Bechir - Vou encerrar minha fala neste momento, embora ainda tenha mais de 10 minutos. Ao sair desta tribuna, deixo duas últimas palavras: que Deus abençoe a consciência daqueles que estão contrários ao projeto das meninas, porque eu saio daqui sabendo que cumpri minha obrigação. Obrigado.

Prorrogação da Reunião

O presidente - A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 15 horas. Com a palavra, para discutir, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo* - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, venho discutir o Projeto de Lei nº 3.507/2012, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências. Como necessito de uma longa explicitação sobre todo o projeto, quero deixar bem claro que não concederei aparte a nenhum colega, salvo ao deputado Rogério Correia, que me pediu, a não ser que o tempo do aparte seja descontado do meu tempo pelo presidente, a fim de que eu possa explicitar todo o projeto.

Estávamos num grande impasse no mês de novembro porque... Sr. Presidente, não vou falar enquanto houver manifestação e pediria que o cronômetro fosse paralisado. Presidente Dinis Pinheiro, não é possível que eu seja ouvido com esse barulho. Eu pediria que o cronômetro fosse paralisado, com o desconto do tempo.

O presidente - Está paralisado o tempo. Eu gostaria de contar com a colaboração dos visitantes. Vamos aguardar o pronunciamento do deputado Durval Ângelo, por gentileza.

O deputado Durval Ângelo* - Agradeço a orientação. Podem ligar o cronômetro novamente. Sinto-me no dever de interromper toda vez, se eu não estiver sendo ouvido.

Estávamos num impasse em novembro, esta Casa desde julho não votava nenhuma matéria. Não sei o motivo, não é por falta de trabalho de nenhum dos deputados, mas porque havia um descontentamento muito grande em relação a aspectos particulares dos projetos ou em geral, em relação ao governo.

O Projeto nº 3.507 está aqui desde 2012 e não foi votado por oposição do colega deputado Sargento Rodrigues porque ele, como eu, apresentou uma proposta de extinção do Tribunal de Justiça Militar. Durante quatro vezes eu apresentei a proposta de extinção e a assinei juntamente com o Sargento Rodrigues. Sou da comissão favorável à extinção do tribunal. E o Sargento Rodrigues, desde 2012, mantendo a coerência que lhe é peculiar, obstruiu a votação desse projeto. Mas, de qualquer maneira, a pauta, de julho até agora, estava obstruída também em função dos outros projetos. Após as eleições, do primeiro e segundo turno, tivemos projetos que foram apresentados posteriormente e que criaram uma grande dificuldade.

Sr. presidente, gostaria que V. Exa. parasse o cronômetro por causa da manifestação da plateia. Eu peço atenção porque farei algumas revelações sobre esse projeto que vão surpreender toda a imprensa presente. Farei revelações das quais o deputado Duarte Bechir vai se envergonhar. Peço que toda a imprensa presente preste muita atenção porque vamos ter revelações sobre esse projeto. Tenho certeza de que amanhã elas serão manchetes em todos os jornais de Minas Gerais. Depois do que eu falar ninguém mais vai defender esse projeto. Peço novamente que o cronômetro seja paralisado.

O presidente - Por favor, vamos ouvir o deputado Durval Ângelo. Com a palavra, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo* - No dia 25 de novembro o presidente, deputado Dinis Pinheiro, pouco antes das 9 horas da manhã, chamou-me para que fizéssemos um acordo da pauta mínima. E nós chegamos ao acordo de que a pauta mínima seria a votação do projeto do etanol, sem as seis emendas, que votaríamos os vetos e as suplementações e projetos de deputados que fossem consensuais. Nem um projeto do governo ou de outro poder seria votado. Acontece que o deputado teve dificuldade com o governo, porque não dependia dele. Emendas encaminhadas, como no projeto da reforma tributária, dependiam do governador para serem retiradas. E, com isso, o acordo voltou à estaca zero. Na última segunda-feira, o presidente reuniu no seu gabinete presidentes de poderes e de representantes de órgãos públicos, como a Defensoria Pública e o Ministério Público, fazendo um apelo para um acordo e para um entendimento.

A equipe de transição, representando o governo atual e o próximo governo, com os líderes, chegaram a um acordo. E é bom que se diga, deputado Rogério Correia: o Projeto nº 3.507/2012 não entrou na proposta original do acordo. Ninguém na reunião advogou a presença desse projeto. Então, esse projeto não estava no acordo em momento nenhum.

Agradeço ao deputado Fred Costa: enquanto ele fazia o seu registro, eu disse a ele todo o tempo "Deputado, esse projeto não estava no acordo de segunda-feira, do qual participei". E eu não aceitaria nenhum projeto fora do acordo, porque o acordo foi feito. Estava aqui Pedro Bitencourt, presidente do Tribunal de Justiça; Carlos André, procurador-Geral do Ministério Público; o superintendente de Finanças do atual governo; e o Marco Antônio, representando a equipe de transição, bem como outros representantes de órgãos. Eu estava lá com os deputados Ulysses, Adelmo, Duarte Bechir e Luiz Humberto Carneiro, e esse projeto não entrou no acordo original.

Minha gente, prestem atenção para ver o milagre que aconteceu nesse projeto, nessa noite e o grande escândalo que motivaria a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito. Prestem atenção ao que aconteceu com esse projeto: o projeto original criava três cargos efetivos da carreira de técnico judiciário. Códigos do grupo TJMMGS. Atenção para a imprensa: hoje de manhã, apareceram misteriosamente 10 cargos que foram criados. Os cargos se multiplicaram e deram filhos. Isso aconteceu com que objetivo? Qual foi o deputado que aprovou isso, na calada da madrugada, e trouxe esse milagre de aumento de três? Estava difícil



aprovar o projeto original, imaginem de 3 para 10. Mas não foi somente isso. O projeto original, aprovado ontem aqui, trazia 18 cargos efetivos da carreira de oficial judiciário. Misteriosamente os cargos aumentaram para 30. Isso é uma vergonha, é um desrespeito com este Parlamento, que ontem votou a criação de 18 e de 3 cargos, de acordo com o projeto original. Como é que, misteriosamente, na noite, na madrugada das comissões da Assembleia Legislativa, um projeto aumenta 40 cargos? Isso é uma vergonha do Legislativo. Isso é uma vergonha.

Mas não para por aí, minha gente, mais milagres aconteceram nesse projeto. O art. 2º do projeto diz o seguinte: “Ficam extintos com a vacância, no quadro específico de cargo de provimento de comissão, na Secretaria de Justiça, item 3.2 do anexo, 12 cargos de assistente judiciário”. Esses cargos voltaram na madrugada, Rogério Correia. Doze cargos de assistente judiciário que tinham sido extintos voltaram na madrugada. Mentira não. Isso prova que você não está preparada para ser da Justiça, porque isso está escrito aqui. Olhe no *Minas Gerais*.

Estavam sendo extintos 12 cargos. Como pode? Já pensou se isso acontecesse na Assembleia Legislativa, em cargo de sua secretaria, deputado mais longo em Mesa diretora aqui na Assembleia Legislativa, deputado Alencar da Silveira Jr.?

Mas, não satisfeito com isso, o projeto original, também no art. 6º, dizia: “Ficam extintos, com a vacância do quadro de cargo de provimento efetivo na Secretaria de Juízo Militar, constante do Anexo II da Lei nº 16.646, de 2007, seis cargos da carreira de técnico de apoio judicial de entrância especial”. A imprensa preste atenção: esse artigo voltou, os seis cargos foram recriados no Tribunal de Justiça Militar. Mas há mais: dizia o art. 7º: “Ficam extintos no quadro específico de cargo de provimento em comissão na Secretaria de Justiça, constante o Anexo IV da lei, três cargos cargos de assessor de juiz”. Pasmem, Srs. Deputados: 3 voltaram; voltaram 12, voltaram 6, voltaram 3. Agora, qual é o salário desses cargos de recrutamento que voltaram? Um é de R\$13.988,47 por mês; os seis são R\$9.441,19.

Mas não param aí as tretas da madrugada, não param aí o absurdo e a imoralidade. Sei que muitos saíram do Plenário para não ouvir isso; saíram do Plenário porque a verdade seria dita agora; e esperei que houvesse bom senso, deputado Cabo Júlio, e a reunião fosse suspensa para que eu não precisasse fazer essa denúncia. A partir de 1º de fevereiro, entrarei com o pedido de uma comissão parlamentar de inquérito a respeito do Projeto de Lei nº 3.507/2012. Quero apurar responsabilidades, pois um projeto que tinha uma nota técnica de que não feria a Lei de Responsabilidade Fiscal passou a feri-la. Isso é o que um tribunal de justiça, mesmo sendo militar, pode fazer no ordenamento jurídico de Minas Gerais?

Pediria a atenção da imprensa, pois há mais: criaram um art. 4º no novo projeto que está aqui em 2º turno, e criaram um art. 5º. Além de manterem 12, 6 e 3 cargos que tinham sido extintos no projeto original para entrarem cargos efetivos, não satisfeitos com a manutenção de cargos com os salários de R\$13.000,00 e R\$9.000,00, criaram dois. Vejam o que diz o art. 4º, e essa emenda ninguém explica, deputado Sargento Rodrigues: um cargo de provimento em comissão de chefe de gabinete do presidente, de recrutamento amplo, código de grupo TJDAS1, código de cargo GPA2, previsto no item 3.1, do Anexo II da lei. E qual é o salário desse cargo? Está aqui: R\$13.988,47. Um outro cargo foi criado, está aqui na lei do projeto novo: cargo de provimento em comissão de assessor de comunicação institucional - e até vejo isso como um tributo à imprensa -, código CH1, a que se refere o inciso IV do art. 10 da lei, passa a ser de recrutamento amplo, ou seja, esse transforma o cargo com salário de R\$9.000,00, do assessor de comunicação institucional, em recrutamento amplo. Hoje é um cargo de recrutamento limitado.

Então, quero deixar bem claro que estamos aqui diante de uma grave adulteração de uma peça legislativa. Estamos aqui diante de um crime que precisa ser apurado. Deputado Bosco, não é o projeto que votamos ontem em 1º turno. O projeto do vencido ontem - é assim que se chama o projeto ontem aprovado - extingue 12, com 6, 18, com 3, 21. Ele não cria esses dois cargos de recrutamento amplo. O projeto votado ontem mantém o original de 18 cargos de concurso. Passaram para 40. Tenho certeza de que o projeto como está nunca seria votado - faço esse alerta aqui: deputado nenhum votaria a favor desse projeto; nenhum deputado concordaria ou seria conivente com uma imoralidade dessas.

Eu gostaria de dizer que não vai ser de acordo com a lei que vamos votar essa imoralidade, esse absurdo. Não vai ser de acordo com a lei, mas fora dela - e vai continuar fora da lei. Pergunto isso ao único deputado da Mesa, deputado Alencar da Silveira Jr.

Vou conceder aparte apenas para o deputado Rogério Correia. Tenho uma hora para falar. Não vou dar aparte por um motivo muito simples: se eu der aparte, um deputado pode pedir o encerramento, de plano, da reunião na hora do meu pronunciamento. Por isso não vou dar aparte. Concedo aparte ao deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Durval Ângelo, fui aqui atacado com veemência por deputados do PSDB, tucanos e tucanoides. Existem os tucanos, os tucanoides e os neotucanoides. Fizeram um ataque desleal e mentiroso; por isso pedi aparte a V. Exa. para deixar as coisas claras.

O requerimento que assinei hoje - aliás, não só eu, como todos os líderes - era para que houvesse apenas um projeto em pauta. Assinei um requerimento para restabelecer o acordo de ontem. Ontem estava previsto que hoje teríamos uma reunião com apenas um projeto, e não, quatro. De repente apareceram quatro projetos, com relação a três dos quais já havíamos acordado entre nós, no Colégio de Líderes, que eles não fariam parte da pauta: o orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o projeto do Tribunal de Contas do Estado. De repente aparecem novamente três projetos. Então, o que assinei, deputado Sargento Rodrigues, deputado João Vítor Xavier, foi um requerimento para que se fizesse respeitar o acordo de ontem e que ficasse na pauta apenas um projeto. Então, não descumprir nada.

O projeto está na pauta, e foi essa a minha assinatura. Queria deixar claro porque quem está em casa e não leu pode achar que aquelas mentiras que falaram contra mim são verdadeiras, que assinei algo e não estou cumprindo. O que está assinado é que ficaria um projeto - e ele está na pauta - e seriam retirados os outros três. Foi isso que assinei; podem ler que verão. Não há nada que eu esteja descumprindo. Aliás, quem está descumprindo e quem descumpriu o ano inteiro foi o PSDB, tucanos e tucanoides.

Como o deputado Durval Ângelo disse, havia uma pauta mínima estabelecida em torno de 5 ou 6 projetos, e vimos na pauta aparecerem 40 ou 50 projetos. Havia projeto descaracterizando área verde em Minas Gerais - rumores de que essa área verde custava muitos recursos em alguns projetos chegaram aqui; havia projeto dando aumento sem recurso, infringindo-se a Lei de



Responsabilidade Fiscal; havia projeto prejudicando a educação, terceirizando serviços da educação na área de cantina e de limpeza e extinguindo cargos de pessoas que ganham em torno de R\$700,00 a R\$1.000,00.

Até essa maldade havia na pauta, entre várias outras que foram colocadas. É o que chamamos, deputado Durval Ângelo, de pauta-bomba. Havia até mesmo efetivação sem concurso de 70 mil pessoas, de mentirinha, para não começar o ano letivo. Havia ainda uma diminuição de ICMS, bem como a aprovação do dinheiro dos aposentados da MinasCaixa. Esta é a pauta-bomba dos tucanos para tentar prejudicar o governador Pimentel.

Vocês sabem por que isso acontece? Ontem vimos o senador Aécio Neves e o PSDB, nacionalmente, solicitando, sorrateiramente e na calada da noite, que o senador Aécio Neves fosse diplomado no lugar da presidenta Dilma. É uma vergonha internacional. Queriam dar o cano na eleição para que o Aécio fosse diplomado. Até isso o PSDB pediu. E, aqui, a pauta-bomba foi assim formada. Inocentes úteis foram utilizados. Servidores vieram para cá na ilusão de que coisas boas iriam acontecer. Companheiros e companheiras que vieram iludidos, tudo aconteceu nesta Casa.

Por fim, ontem ficou acordado que haveria apenas um projeto, mas, na calada da noite, fizeram o que o deputado Durval Ângelo acabou de dizer: acrescentaram mais quatro projetos na calada da noite. Também fizeram uma pauta-bomba no próprio projeto para transformá-lo em trem da alegria. Não vamos permitir que trens da alegria sejam aprovados. Os tempos são outros. Trem da alegria não pode mais ser aprovado na Assembleia Legislativa. Os tempos são outros. A verdade é que um projeto que tinha três vagas passou a ser um projeto cheio de vagas e com salários altos, na calada da noite. Foi o que rompeu o nosso acordo, mas eles não disseram isso para as moças, coitadas, que estão aqui chorando e sendo utilizadas pelo PSDB como um instrumento para a tal pauta-bomba, para tentar desestabilizar o futuro governo. O PSDB não engole a derrota - não engoliu até hoje -, mas terá de tratar as coisas de forma democrática.

Minas derrotou Aécio. Aécio Neves perdeu em Minas, e isso ninguém vai apagar da história, deputado Durval Ângelo. Agora o “TRÉCIO” está tentando não permitir que o Pimentel tome posse e seja diplomado. Até isso o PSDB está tentando fazer. Na verdade, fazem dos assuntos políticos assuntos para as coitadas das pessoas que precisam de emprego. Isso está errado. O PSDB se utiliza de pessoas inocentes, maldosamente, com objetivos hediondos, mas conseguimos desmascarar todos os projetos, um a um. Será que algum deputado ainda tem a coragem de vir defender o fato de 70 mil pessoas serem efetivadas sem concurso público, como se elas fossem efetivas? Algum deputado tem a coragem de aprovar o fim da carreira das auxiliares de escolas e das cantineiras, para que a escola não comece a funcionar e para que se estabeleça o caos quando o Pimentel começar a governar? Não podemos permitir isso.

Por outro lado, pauta após pauta foi aqui acrescida, modificada, ampliada, aumentada e falseada. Foi assim que agiram de ontem para hoje. Aliás, as meninas que aqui estão pedindo a aprovação do projeto são testemunhas disso. A pauta de hoje só deveria ter um projeto, mas, de repente, apareceram quatro. O deputado Durval Ângelo provou que o projeto original aumenta e cria cargos para salários de R\$13.000,00 e R\$9.000,00. Assim sendo, alguns cargos não haviam sido postos para concursos, mas foram preenchidos com um concurso que, na verdade, não foi realizado. O concurso se deu para outras vagas, e não, para estas. As pessoas não podem assumir as vagas criadas posteriormente ao concurso. Isso é ilegal.

Então, estão usando da inocência das pessoas para fazer disputa política. Isso é maldade que se faz com as pessoas. Foi isso que fizeram durante todo o tempo. Então, deputado Durval Ângelo, foi bom que V. Exa. viesse aqui para esclarecer isso. Queríamos poupar a população mineira de conhecer a maldade que fazem no Parlamento. Contudo, fomos obrigados a dizer as maldades que estão querendo fazer no Parlamento mineiro com pessoas inocentes. Obrigado.

O deputado Durval Ângelo* - Vou agora provar as mudanças feitas porque entrarei com um pedido de uma comissão parlamentar de inquérito para apurá-las. Vou aqui agora provar que 21 cargos de recrutamento limitado e amplo que estavam sendo extintos foram mantidos no projeto original. Os 21 cargos efetivos são os que têm os mais baixos salários. Os mais baixos salários seriam os dos cargos efetivos. Seria o salário de R\$2.162,60 a R\$3.382,72. Os mantidos foram 21 cargos de altos salários. Por que, de 21 cargos efetivos, a emenda aumentou para 40 cargos na calada da noite?

Temos o ofício do desembargador Joaquim Herculano Rodrigues e também o ofício do presidente do Tribunal de Justiça Militar. A leitura desses dois ofícios é a prova cabal de tudo que falei. Joaquim Herculano: (- Lê:) “Sr. Presidente, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., nos termos do art. 66, inciso IV, alínea 'b', e art. 104, inciso II, da Constituição do Estado de Minas Gerais, o anexo do projeto de lei que altera o quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e das Secretarias de Juízo Militar. A proposta em questão decorre de solicitação recebida do Tribunal de Justiça Militar, por intermédio de sua presidência, e visa reestruturar o quadro de pessoal da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, a fim de adequá-lo, notadamente quanto a seu quadro de provimento em comissão, à Resolução nº 88 do CNJ”. O que é essa resolução? Essa resolução do CNJ é muito sábia, pois restringe quadros de recrutamento amplo e limitado no tribunal, pedindo que se priorize a criação de cargos de carreira que serão preenchidos por concurso público. Por essa resolução o projeto cria, deputado Adelmo Carneiro Leão, 21 cargos de carreira e extingue 21 cargos de recrutamento amplo; e é interessante, pois foi o que votamos aqui ontem, no 1º turno. Hoje, no substitutivo, eles estão voltando com os 21 cargos, desrespeitando a Resolução nº 88, do CNJ. Pergunto: votaremos algo aqui contra o Conselho Nacional de Justiça? O presidente Joaquim Herculano foi enganado com as emendas que votamos aqui. O presidente do tribunal à época foi enganado.

Diz assim, ainda continuando o ofício do Joaquim Herculano: (- Lê:) “Cumpra acrescentar que a proposta foi analisada pelos setores técnicos da secretaria deste Tribunal e se encontra em consonância com o disposto no art. 302 da Lei Complementar nº 59, de 2011, que contém a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais”. A proposta aprovada em 1º turno, o vencido cumpria essa orientação. Se remetêssemos à lei complementar, esses cargos poderiam ser criados dessa forma, porque a referência é a decisão do CNJ. Ao votarmos aqui o substitutivo do 2º turno, isso foi desrespeitado, porque não tivemos a paridade de cargos, como determina o CNJ. “No ensejo, apresento o meu protesto de estima e consideração. Atenciosamente, desembargador.”

O mais vergonhoso, a prova mais evidente foi encaminhada pelo presidente do Tribunal de Justiça Militar. O interessante é que se trata de uma correspondência datada de 2012, assinada pelo presidente em exercício, juiz Fernando José Armando Ribeiro. Ele diz o seguinte: (- Lê:) “O quadro de pessoal da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais passou por diversas alterações, desde a sua



criação pela Lei nº 9.033, de 25/11/1985, sendo a última pela Lei nº 16.646, de 5/1/2007. As duas leis são anteriores à Resolução nº 88 do CNJ, que enquadra os tribunais no Brasil em reduzir recrutamento amplo e reduzir cargos de recrutamento limitado. A Justiça Militar, notadamente após a publicação da Emenda Constitucional nº 45, de 8/12/2004, denominada Reforma do Judiciário, quando teve a sua competência ampliada, vem registrando anualmente um crescimento significativo do número de processos em tramitação, principalmente em decorrência das ações cíveis. Com a publicação, em 2009, da Resolução nº 70, editada em 18/3/2009, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu um planejamento estratégico nacional para os tribunais superiores, a justiça comum nos estados e a justiça especializada. Os tribunais de todo o País elaboraram então os seus respectivos planos estratégicos, alinhados com as diretrizes da Resolução nº 70/2009, utilizando a metodologia indicada pelo CNJ. A Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, por meio da Resolução nº 83/2009, estabeleceu o seu plano estratégico institucional para o período, cujo mapa estratégico encontra-se em anexo”.

No mapa estratégico, havia a previsão da extinção dos 21 cargos de recrutamento amplo. Repito que no mapa estratégico havia a previsão da extinção dos cargos de recrutamento amplo, mas agora, no 2º turno, o projeto foi retirado. Esse projeto, ao extinguir cargo de recrutamento amplo, cumpria a decisão do CNJ. O mapa estratégico terá toda uma distorção.

Quero discutir, e não, obstruir. Falarei até por 1 hora. Se me derem mais tempo, posso pedir a palavra pela ordem. Direi tudo, pois, infelizmente, os argumentos serão muito fortes. Entendo a razão de não haver tantos aqui.

Conforme se verifica no referido mapa, um dos objetivos institucionais identificados no termo de eficiência operacional é: (- Lê:) “4 - estabelecer e implementar estrutura organizacional adequada à consecução da estratégia. Esse objetivo visa dotar a Justiça Militar de uma estrutura organizacional que permita o alcance da visão e o cumprimento da sua missão face à nova realidade pela qual vem passando essa justiça especializada, alinhada à estratégia definida pelo Conselho Nacional de Justiça, na qual poderíamos destacar a ênfase em gestão de pessoas, a tecnologia da informação, a eficiência operacional e a comunicação”.

Continua o presidente do Tribunal de Justiça Militar: (- Lê:) “Visando ao alcance do referido objetivo acima destacado, foi previsto no plano estratégico da Justiça Militar o Projeto P1 de adequação funcional”.

Quero ler tudo isso para mostrar que temos a prova do que foi adulterado nesta madrugada e do absurdo que fizeram com esse projeto, para vermos como estão jogando casca de banana para que o próximo governo escorregue, como estão sendo irresponsáveis. Lamento que tantos colegas deputados, que respeito e amo e que fizeram tantos discursos com tanta ênfase, não estejam aqui para ouvir isso, pois aqui está a verdade e a grande trama que pretendiam fazer nesse projeto. Lerei, pois somente a leitura de um documento prova a estratégia errada.

Para auxiliar o tribunal nesse projeto, foi contratado o Instituto de Desenvolvimento Gerencial S. A. - INDG -, para consulta técnica especializada em conjunto com os gestores e servidores da Justiça Militar. Executou um diagnóstico do sistema gerencial da Justiça Militar Estadual; mapeou e reprojeteu o processo de trabalho interno e propôs uma nova estrutura organizacional para a Justiça Militar. Posteriormente, essa proposta de estrutura organizacional passou por algumas comissões internas do tribunal e foi aprovada pelo Pleno na sessão administrativa do dia 6/8/2012. Resolução do CNJ, resolução do Tribunal de Justiça Militar: todo um trabalho de adequação interna estão jogando por terra na madrugada de hoje. Estão fazendo aqui um cambalacho. Esta é que é a palavra certa. Aí, é importante destacar que o anteprojeto de lei atende aos dispositivos da Resolução nº 88, do CNJ, que é fundamental. Caso algum deputado queira, ela está à disposição.

Por isso é importante uma CPI. Como é que técnicos desta Casa não informaram ao presidente sobre o parecer de constitucionalidade e o impacto financeiro do que estava sendo votado? Isso é um verdadeiro absurdo. Descobrimos isso de última hora. E o CNJ disse: “Entre outras determinações, dispõe em seu art. 2º, § 2º, que pelo menos 50% dos cargos de provimento em comissão deverão ser destinados a servidores das carreiras judiciárias, cabendo aos tribunais encaminharem projeto de lei de regulamentação da matéria, com a observância desse percentual”. Isso está na resolução do CNJ. Deputado Rogério Correia, vou até o final.

O deputado Rogério Correia (em aparte)*- Só quero chamar a atenção de V. Exa. para o fato de o projeto ser de 2012. Por que estranhamente os tucanos só se interessaram por ele agora, depois que perderam a eleição?

O deputado Durval Ângelo* - Perfeito. Vou deixar isso para as conclusões. Agora, quero o objetivo, quero a prova, o preto no branco, o concreto. As considerações vou fazer no final. Olha bem, é uma resolução do CNJ. A matéria foi encaminhada para cá para regular a relação servidores efetivos e em comissão. Isso votamos na lei aqui. Deixe-me dizer um absurdo. O projeto de uma emenda *frankenstein*: dois cargos novos criados no Tribunal de Justiça e o projeto é do Tribunal de Justiça Militar. Um verdadeiro absurdo, quando o próprio Tribunal de Justiça tem que se adequar ainda. E já está bem adiantada a Resolução nº 88. É um absurdo uma situação dessa. Dois cargos de recrutamento amplo. Emenda *frankenstein*. Trata do Tribunal de Justiça Militar, mas estou criando cargo no Tribunal de Justiça.

A presente proposta, que era o projeto que votamos ontem, deputado Cabo Júlio - e que V. Exa. votou a favor porque tinha compromisso -, observa ainda o disposto na Resolução nº 90/2009, também do Conselho Nacional de Justiça, que define o quantitativo mínimo de pessoal permanente de profissionais na área de tecnologia da informação. Um substitutivo quebra até essa relação do pessoal da tecnologia da informação para que se inviabilize a implantação da nova estrutura organizacional aprovada para a Justiça Militar de Minas Gerais. Considerando a atual situação dos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e da Secretaria de Juízo Militar prevista na Lei nº 16.646, de 5/1/2007, são necessários os seguintes procedimentos no quadro específico de cargo de provimento em comissão da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar: “1- Transformar um cargo de secretário especial do presidente, código de grupo TJM-DAS1 de recrutamento limitado em um cargo de diretor código TJM-DAS2 de recrutamento limitado, na forma da correlação estabelecida nesse anteprojeto de lei”. Eles transformaram em recrutamento amplo o que era recrutamento limitado. Nessa madrugada, eles transformaram uma determinação do CNJ. Transformaram, com a vacância, um cargo de assistente técnico, código de grupo TJM, de recrutamento limitado, em recrutamento amplo.

Esperem aí, eles estão desobedecendo a Resolução nº 88 e a Resolução nº 90 do tribunal. Criaram um cargo de diretor executivo. Aí, vem: criar cargo de assessor jurídico, criar 4 cargos de gerentes, extinguir com a vacância 12 cargos de assistente judiciário,



código do grupo TJMCAI04 de recrutamento amplo. Esses 12 cargos, deputado Cabo Júlio, são de nove mil e poucos reais. A emenda de ontem voltou com esses 12 cargos. Sabe quem? São advogados indicados pelo recrutamento amplo, pelo juiz do Tribunal de Justiça Militar. Isso é correto? A verdade dói tanto que o Plenário está vazio. Como é que pode isso?

No caso de provimento efetivo, vêm os cargos que seriam criados. Não foi cumprido o acordo. Concedo aparte ao deputado Cabo Júlio.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Líder Durval Ângelo, nenhum deputado desta Casa trabalhou mais pela aprovação do projeto em sua forma original do que eu. Agora apareceram vários pais da criança, da nossa bancada inclusive, tentando convencer nossa bancada, que, *a priori*, era toda contra. Estive com o presidente do tribunal, com o presidente da Casa, fiz intercâmbio entre eles para que votássemos o projeto.

O projeto original extinguiu os 12 cargos de R\$9.000,00 e criava cargos justamente para atender as moças que estão aqui lutando para ser convocadas.

O deputado Durval Ângelo* - É o que determina a Lei de Responsabilidade Social.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - O impacto era zero. Votamos um projeto em 1º turno, em que o impacto era zero. Acordamos hoje com um projeto em que o impacto é de 4 milhões ao ano. Esse projeto cresceu 4 milhões em uma noite.

O deputado Durval Ângelo* - Isso é importante: 4 milhões ao ano. Por favor, repita esse valor. Numa noite o projeto aumentou em 4 milhões.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Numa noite o projeto criou uma despesa de 4 milhões. Expliquei isso às meninas. O projeto original, com impacto zero, numa madrugada se transformou em 4 milhões de despesa. O que aconteceu nesta noite? No item I criaram 10 cargos, no item II criaram 30 cargos. Criaram 40 cargos que não estavam no projeto original. Desses 40 cargos foram extintos 6. Voltaram, então, 34 cargos. Depois criaram mais 2, com salários de R\$9.000,00 e de R\$13.000,00, no Tribunal de Justiça. Não estou fazendo juízo de valor político, mas juízo de valor legislativo, que virou uma praxe. No meu pequeno entendimento, como curioso do direito, é a tal da emenda *frankenstein*. Se um projeto discute o Tribunal de Justiça Militar, como cria cargos no Tribunal de Justiça? Entendo que é uma emenda *frankenstein*, que deveria ser extirpada do nosso meio. As aberrações são essas.

Não votei ontem porque ao meio-dia fui para o hospital, de onde saí às 22 horas. Só Deus sabe como estou aqui sentindo dor, porque gostaria de votar o projeto. O que aconteceu, líder Durval Ângelo? Numa madrugada, o projeto aumentou 4 milhões e criou 40 cargos. Isso inviabilizou uma discussão mais aprofundada. Eu disse essa verdade às meninas. A nossa ideia era extinguir aqueles cargos. Com essa extinção, sobraria dinheiro para chamá-las. O projeto fazia realocação de cargos sem impacto financeiro, mas entre 10 horas da noite e 8 horas da manhã se transformou em uma despesa de 4 milhões. Pior ainda: criaram 40 cargos. Nessa fritada dos ovos foram criados 34, porque 6 cargos foram extintos.

Argumentam que o projeto extingue cargos. Não, cria cargos, porque um projeto que extingue cargos não cria uma despesa de 4 milhões, só produz essa despesa quando cria cargos. Então, líder Durval Ângelo, precisamos entender que emenda *frankenstein* é ilegal, não se pode tratar num projeto algo que versa sobre outro projeto, sob pena de fazermos um samba de maluco aqui. Sei que isso é difícil para as meninas entenderem, elas nem sabiam que havia cargos de R\$13.000,00, porque o cargo delas é de R\$2.612,00. Em tese é até justo, mas criam cargos de R\$13.000,00, de R\$9.000,00 e de R\$6.000,00.

Mas acrescento um dado à discussão: a mesma emenda da madrugada, que criou cargos, também aumentou o valor dos cargos. Para que V. Exa. tenha ideia, o cargo que, pela votação de ontem, seria de R\$6.000,00 passou para R\$9.000,00 hoje de manhã. Então, além da maluquice de criar cargos, fez-se a maluquice de aumentar valores.

Esse não era o acordo. Portanto, não descumprimos o acordo, porque ele dizia respeito à votação, não ao mérito, e este nos pegou de surpresa. Aí, repito: se em uma noite se cria uma despesa de R\$4.000.000,00, imaginem quanto isso vai custar em um ano! Obrigado.

O deputado Durval Ângelo* - Continua o presidente: “O anteprojeto propõe, na sua parte final, a revogação do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 16.646, de 5/1/2007. Tal proposição tem como objetivo desvincular o provimento de três cargos de técnico de apoio judicial de entrância especial, previstos no Anexo II da referida lei, da instalação de auditorias criadas para o interior do Estado, tendo em vista que o Pleno deliberou pela não instalação dessas auditorias”.

Preste atenção, deputado Sargento Rodrigues, pois isso é muito importante para o senhor - e depois vou dizer por que é importante para o senhor. “Com essa medida, esses cargos poderiam ser utilizados na Justiça Militar de primeira instância na capital, como servidores responsáveis pela Central de Mandados, Central de Certidões e Central de Distribuição, setores previstos na estrutura organizacional.”

Quando foram criar esses três cargos, em 2007, V. Exa. foi contra. E sabem qual a justificativa? Trouxeram aqui juizes das auditorias militares, que respeitamos, que disseram que eram para as auditorias do interior. Mas agora vão transferir esses três cargos para a capital, dizendo que não vão criar as auditorias do interior, formadas em 2007. É um detalhe no projeto que temos de observar.

E há outro: “Com esse anteprojeto de lei, haverá uma redução de três cargos de provimento em comissão em comparação ao quantitativo previsto atualmente na Lei nº 16.646/2007, sendo que, a partir dessa proposta, 53,20% dos cargos de provimento em comissão serão de recrutamento limitado, o que atende ao disposto no art. 2º, § 2º, da Resolução nº 88/2009 do Conselho Nacional de Justiça, conforme citado anteriormente”. Vejam que eles estão voltando com os três cargos. Então a resolução do CNJ não vai ser respeitada, pois ela fala em 50% e eles estão mantendo 53,20%. Está bem. Mas aí não vai ser mantido.

A outra questão: “Assim, com amparo nas justificativas e considerações acima expostas e principalmente na disponibilidade orçamentária e financeira existente, bem como na obediência dos limites estabelecidos para gasto com pessoal pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, encaminhamos esse anteprojeto de lei para apreciação deste egrégio tribunal nos termos do que dispõe o art. 302 da Lei Complementar nº 59/2001”. Vejam que o limite de gasto previsto na lei de responsabilidade não foi respeitado. Ora, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece claramente que, de três meses antes a três meses depois da eleição, não se pode criar cargos, limitação que se aplica também ao último quadriênio de um mandato. Então, como vão criar esses cargos ilegalmente, ferindo o que está estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal a respeito do último quadriênio e da



trimestralidade? Alguém pode dizer que em 2012 não tinha esse problema. Sim, mas hoje esse problema existe, e, em hipóteses alguma, esse projeto poderia ser aprovado, ainda mais da forma posta no substitutivo.

Particpei de um acordo, na última segunda-feira, a convite do presidente da Assembleia, com vários deputados da base do governo e da oposição, com o presidente do Tribunal de Justiça e o procurador-geral de Justiça. Quero deixar bem claro que os servidores do Ministério Público estão reclamando a votação da data-base, que também não estava no acordo. O procurador-geral de Justiça não advogou que o projeto dos servidores deveria entrar na proposta de acordo. Também o presidente do Tribunal de Justiça não solicitou no acordo a inclusão do Projeto de Lei 3.507, como também a Defensoria Pública, o Tribunal de Contas, que estava presente, e os deputados da situação e da oposição. Ninguém advogou a inclusão desse projeto na pauta. Então fizemos a reunião do acordo, e ninguém advogou a inclusão desse projeto, como também do projeto da Procuradoria-Geral de Justiça, dos servidores que reclamam a data-base. Portanto, a palavra que este deputado empenhou na reunião de segunda-feira não incluía esse projeto.

Agradeço, novamente, ao deputado Fred Costa. Quando ele me procurou, disse-lhe claramente que sou contra esse projeto, sou a favor apenas dos projetos do acordo. Ele fez esse registro, em nome da verdade, quando fez uso da palavra, dizendo que outros poderiam tê-lo feito, mas não o fiz. Em momento nenhum, eu disse que votaríamos essa matéria. Senti-me no dever e falei com alguns deputados que não queria vir ao Plenário, vir à tribuna, porque seria constrangedor, teria de dizer o que tinha ocorrido naquela noite, naquela madrugada, nesta Casa, teria de falar sobre a vergonha que foi esse projeto. Não queria vir ao Plenário, estava em meu gabinete, imaginando que o acordo de segunda-feira seria cumprido. E desci, quando ouvi ataques ao PT, dizendo “coitados dos servidores, pobrezinhos dos servidores”.

Agora há outro argumento mais interessante ainda: como o Tribunal de Justiça Militar pode fazer concurso público se os cargos não foram criados? Isso é crime. Sargento Rodrigues, como podem vender a ilusão de fazer concurso público de cargo que não existe e depois vir aqui pressionar a Assembleia para votar uma coisa como essa? O tribunal é muito ágil para condenar praça da Polícia Militar e muito leniente para condenar coronel ou oficiais superiores da Polícia Militar. O tribunal não é querido pela base. Duvido que o dirigente de uma entidade de classe tenha a coragem de chegar diante da base dos praças da Polícia Militar e falar que defende, que apoia esse tribunal. Duvido de que tenham a coragem de falar isso. E esse tribunal faz concurso, cobra inscrição de pessoas que estão no desespero e aqui vieram se manifestar, sem ter cargos criados, e joga a responsabilidade nesta Assembleia, para ser a Geni de tudo na democracia brasileira, ficar apanhando sempre da sociedade, ver o nome xingado.

Primeiro, é preciso esperar a Assembleia criar os cargos, pois só a Assembleia pode criá-los na administração pública. Depois, eles poderão fazer concurso público. Mas invertem a lógica, ou seja, fazem o concurso público e depois vêm aqui.

Questão de Ordem

O deputado Durval Ângelo - No meu tempo, gostaria que fosse feita a recomposição do quórum, porque quero continuar discutindo e não há parlamentares aqui para me ouvir. Não vou solicitar o encerramento de plano. Gostaria que fosse feita a recomposição do quórum, porque quero falar mais 1 hora sobre esse projeto.

O presidente (deputado Antônio Carlos Arantes) - É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Sargento Rodrigues) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 4 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente - A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 23, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 23/12/2014.). Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/12/2014

Às 15h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Paulo Lamac e João Vítor Xavier (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Vítor Xavier, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.967 a 8.970/2014 e 9.054 a 9.059/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.931/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação das feiras estaduais e regionais de economia solidária;

nº 10.932/2014, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, em Guanhães, questões relativas à política dos permissionários de serviços de táxis dos municípios da região Centro-Leste mineira;

nº 10.933/2014, do deputado Paulo Lamac e da deputada Luzia Ferreira, em que solicitam seja encaminhado à Copasa e à Cemig pedido de providências em prol da realização de obras que garantam a melhoria do fornecimento de água e de energia elétrica no Bairro Montes Claros, em Belo Horizonte;



nº 10.936/2014, do deputado Paulo Lamac e da deputada Luzia Ferreira, em que solicitam seja encaminhado à Cemig pedido de providências em prol da garantia de recursos orçamentários para a realização de adequações necessárias à melhoria da iluminação pública no cruzamento da Avenida dos Andradas com a Rua Itamar, na região da Vila Souza Aguiar, Bairro Caetano Furquim, em Belo Horizonte;

nº 10.937/2014, do deputado Paulo Lamac e da deputada Luzia Ferreira, em que solicitam seja encaminhado ao Instituto de Geoinformação e Tecnologia - IGTEC -, pedido de providências em prol da realização de estudo com vistas à análise dos argumentos contidos no documento "Contestação da alteração do limite municipal", elaborado pela prefeitura do Município de Antônio Dias, no qual a municipalidade contesta relatório técnico elaborado no ano de 2001 pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA -, que altera o limite intermunicipal entre Antônio Dias e Santa Maria de Itabira.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente - Elismar Prado - Luiz Henrique.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/12/2014

Às 20h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Gilberto Abramo e Duarte Bechir (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.541 e 5.486/2014 (relator: deputado Duarte Bechir); 5.469 e 5.587/2014 (relator: deputado Gilberto Abramo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 5.486/2014 (relator: deputado Duarte Bechir). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2014.

Gilberto Abramo, presidente - Lafayette de Andrada - Luiz Henrique.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/12/2014

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Lafayette de Andrada, Fabiano Tolentino (substituindo o deputado Jayro Lessa, por indicação da liderança do BTR) e Wander Borges (substituindo o deputado Romel Anízio, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela ratificação por meio de projeto de resolução do Regime Especial de Tributação encaminhado pela Mensagem nº 715/2014 (relator: deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para reuniões extraordinárias do dia 22 até o dia 31/1/2014 às 9, 14 e 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de dezembro de 2014.

Jayro Lessa, presidente - Gustavo Corrêa - João Leite - Duarte Bechir.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/12/2014

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Lafayette de Andrada e Duarte Bechir (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência agradece a presença de todos, desconvoca os membros da comissão para as próximas reuniões da mesma data, às 14h30min e às 20h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de dezembro de 2014.

Jayro Lessa, presidente - Duarte Bechir - Luzia Ferreira.



ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/12/2014

Às 9h31min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira (substituindo o deputado Deiró Marra, por indicação da liderança do BTR) e os deputados Duarte Bechir e Jayro Lessa (substituindo, respectivamente, os deputados Luiz Humberto Carneiro e Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BTR) membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite e Gustavo Corrêa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação final dos Projetos de Lei nºs 5.306, 5.315, 5.316, 5.329, 5.343, 5.375, 5.377, 5.412, 5.419, 5.465, 5.502 e 5.529/2014 (relatora: deputada Luzia Ferreira); 5.544, 5.552, 5.554, 5.555, 5.559, 5.564, 5.586, 5.590, 5.645, 5.646 e 5.651/2014 (relator: deputado Duarte Bechir). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de dezembro de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Duarte Bechir - Gustavo Corrêa.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/12/2014

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Jayro Lessa, João Leite, Gustavo Corrêa (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da liderança do BTR) e Duarte Bechir (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Luzia Ferreira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discussão e votação de pareceres de redação final e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.306; 5.315, 5.316, 5.329, 5.343, 5.375, 5.377, 5.412, 5.419, 5.465, 5.502, 5.529, 5.544, 5.552, 5.554, 5.555, 5.559, 5.564, 5.586, 5.590, 5.645, 5.646 e 5.651/2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária da mesma data, às 14h40min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de dezembro de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Gustavo Corrêa - João Leite - Duarte Bechir.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 30/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.847/2013, do deputado Sebastião Costa.

Requerimentos nºs 9.268/2014, do deputado Sargento Rodrigues; 9.286/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; 9.336/2014, da Comissão de Participação Popular; e 9.248, 9.278 a 9.280, 9.287 a 9.291, 9.293, 9.294, 9.296, 9.307 a 9.309, 9.321 a 9.330, 9.339 a 9.341/2014, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Luiz Humberto Carneiro, Antonio Lerin, Deiró Marra e Gilberto Abramo, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 29/12/2014, às 9h30min e às 14h30min, e em 30/12/2014, às 9h30min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de dezembro de 2014.

Doutor Wilson Batista, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/12/2014, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.847/2013, do deputado Sebastião Costa; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 9.268/2014, do deputado Sargento Rodrigues; 9.286/2014, do deputado Celinho do Sintrocet; 9.336/2014, da Comissão de Participação Popular; e 9.248, 9.278 a 9.280, 9.287 a 9.291, 9.293, 9.294, 9.296, 9.307 a 9.309, 9.321 a 9.330, 9.339 a 9.341/2014, do deputado Cabo Júlio; de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 23 de dezembro de 2014.

João Leite, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 22/12/2014, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato, relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Cabo Júlio

exonerando, a partir de 23/12/2014, Wander de Castro do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2014****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 192/2014**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 13/1/2015, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de sociedade empresária de engenharia para prestação de serviços de condicionamento, com fornecimento de peças, em compressores Bitzer-Frigor, Modelo 6H35, capacidade de 30TR cada um, integrantes dos Chillers Coldex-Trane CGWA 120 do sistema central de ar-condicionado.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2014

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 210/2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 14/1/2015, às 9h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço por lote, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição com instalação de estação gráfica e gerador de caracteres.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 125/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elevadores Atlas Schindler S.A. Objeto: serviços de manutenção preventiva e corretiva em 11 elevadores, com fornecimento de peças e componentes. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: 3/1/2015 a 2/1/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.